

**ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR - INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA PÚBLICA DA
POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO POLICIAL
MILITAR E SEGURANÇA PÚBLICA
(CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - CAO)**

JOSÉ ANTÔNIO LOPES CARDOSO

**REPRESSÃO QUALIFICADA AO TRÁFICO DE DROGAS:
UMA ANÁLISE DO EMPREGO DE CÃES FAREJADORES
PELA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**

**CARIACICA-ES
2017**

JOSÉ ANTÔNIO LOPES CARDOSO

**REPRESSÃO QUALIFICADA AO TRÁFICO DE DROGAS:
UMA ANÁLISE DO EMPREGO DE CÃES FAREJADORES
PELA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**

Monografia apresentada à disciplina "Orientação de Monografia", como requisito parcial à conclusão do curso de pós-graduação em Gestão Policial Militar e Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) da Polícia Militar do Espírito Santo.

Orientador: Coronel PM Ronaldo Mutz

CARIACICA
2017

JOSÉ ANTÔNIO LOPES CARDOSO

**REPRESSÃO QUALIFICADA AO TRÁFICO DE DROGAS:
UMA ANÁLISE DO EMPREGO DE CÃES FAREJADORES
PELA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO**

Monografia apresentada à disciplina "Orientação de Monografia", como requisito parcial à conclusão curso de pós-graduação em Gestão Policial Militar e Segurança Pública (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) da Polícia Militar do Espírito Santo.

Aprovada em ____ de _____ de 2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Coronel Ronaldo Mutz
Polícia Militar do Espírito Santo
Orientador

Coronel Eduardo Nunes
Polícia Militar do Espírito Santo

Tenente Coronel Geovanio Silva Ribeiro
Polícia Militar do Espírito Santo

À

Zélia Lopes de Oliveira (in memoriam)

Minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Mycheli, sou grato pelo que fez e faz por mim. Você teve um papel determinante para que pudesse concluir o CAO. Parte dessa conquista devo a você!

À Valentina, obrigado por você existir na minha vida. Sou privilegiado por ser seu pai!

Ao meu orientador, Coronel Ronaldo Mutz, pelas brilhantes considerações feitas durante a elaboração deste trabalho.

Ao Instituto de Ciências Policiais e Segurança Pública da PMES e ao corpo docente do CAO, pela oportunidade que me deram para fazer importantes reflexões sobre a instituição.

Aos colegas do CAO, pela rica e desafiadora experiência de conviver com vocês por seis meses.

Aos amigos Gandini, Zucolotto, Paulo e Dikson, com os quais compartilhei os melhores momentos deste curso.

Finalmente, agradeço a Deus. O Senhor tem sido a minha fortaleza e o meu refúgio. Sei que esses últimos meses estive um pouco distante do Senhor, mas jamais irei me separar de Ti.

“Não podemos esperar as condições ideais, temos que buscar as condições ideais.”

Florestan Fernandes

RESUMO

Este trabalho visa apresentar uma análise do emprego de cães farejadores de drogas pela Polícia Militar do Espírito Santo. Ele está baseado em pesquisas bibliográficas e em uma pesquisa de campo, além de seis anos de experiência por ter servido na então Companhia de Operações com Cães do Batalhão de Missões Especiais. O tema em estudo tornou-se relevante diante da necessidade de se repensar a atividade policial com cães frente aos novos desafios impostos à PM pela sociedade. A metodologia do trabalho consistiu em uma pesquisa descritiva feita através da aplicação de questionário aos policiais integrantes de duas companhias de polícia do Sexto Batalhão (Serra/ES) da Polícia Militar do Espírito Santo para captar como percebem e pensam a atividade com cães na instituição. E ao final foi realizada uma proposta de rearranjo operacional e administrativo do policiamento com cães da Polícia Militar.

Palavras-chave: Emprego de cão policial. Canis de polícia. Cães farejadores. Tráfico de drogas.

ABSTRACT

This work aims to present an analysis of the use of drug sniffing dogs by the Military Police of Espírito Santo. He is based on bibliographical research and a field research, plus six years experience for having served in the then Company of Operations with Dogs of the Battalion of Special Missions. The subject under study became relevant in view of the need to rethink the police activity with dogs in face of the new challenges posed to the PM by society. The methodology of the study consisted of a descriptive research done through the application of a questionnaire to the police officers of two police companies of the Sixth Battalion (Serra / ES) of the Military Police of Espírito Santo to capture how they perceive and think activity with dogs in the institution. At the end, a proposal was made for the operational and administrative rearrangement of policing with dogs.

Keywords: Police dog employment. K9. Sniffing dogs. Drug trafficking.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de detidos em atendimentos envolvendo entorpecentes no município da Serra/ES.....	32
Tabela 2 - Ocorrências com drogas.....	32
Tabela 3 - Bairros da 1ª Cia.....	33
Tabela 4 - Bairros da 2ª Cia.....	33
Tabela 5 - Bairros da 3ª Cia.....	34
Tabela 6 - Bairros da 4ª Cia.....	35
Tabela 7 - Bairros da 5ª Cia.....	36
Tabela 8 - Dez bairros com maior número de homicídios da Serra.....	37
Tabela 9 - Ocorrências de tráfico e apreensão de drogas na Serra.....	37
Tabela 10 - Ocorrências com drogas na área do Sexto Batalhão.....	59
Tabela 11 - Número de detidos por tráfico de drogas.....	62
Tabela 12 - Ocorrências com drogas no município da Serra.....	62
Tabela 13 - Graduação do policial.....	63
Tabela 14 - Escolaridade.....	63
Tabela 15 - Tempo de efetivo serviço na polícia militar.....	63
Tabela 16 - Dificuldade na localização drogas.....	65
Tabela 17 - Avaliação da importância do emprego de cães na circunscrição da companhia em que trabalha o entrevistado.....	68
Tabela 18 - Percentual de participação em ocorrências em que houve emprego de cães farejadores de drogas.....	69
Tabela 19 - Percentual dos entrevistados que já acionou o canil da PM	70
Tabela 20 - Horário de acionamento do Canil da PM.....	72
Tabela 21 - Agilidade na forma do acionamento do Canil da PM.....	72
Tabela 22 - Problemas para o acionamento de uma equipe do Canil da	

PMES.....	75
Tabela 23 - Avaliação dos entrevistados sobre a importância de se ter um cão.....	79
Tabela 24 - Avaliação dos entrevistados sobre a eficácia do emprego de cães farejadores de drogas.....	79

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Datas de criação dos canis das polícias militares do Brasil.....	41
Figura 2 - Desfile do Canil da PM na década de 1970.....	42
Figura 3 - Estrutura física do Canil da PMES em 1970.....	43
Figura 4 - Sede do Canil da PM em 1994.....	44
Figura 5 - Sede da Cia de Operações com Cães a partir de junho 2005.....	45
Figura 6 - Distintivos (brevês) de cursos do Canil da PMES.....	45
Figura 7 - Retirada de drogas após a indicação dada por um cão.....	47
Figura 8 - Flash – um dos mais importantes cães de detecção de drogas da PM.....	48
Figura 09: Proposta de criação de Canis Setoriais na PMES.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ano de criação dos canis policiais no Brasil	40
Quadro 2 - Quantidade de apreensões e prisões realizadas com auxílio de cães farejadores de drogas em 2016.....	49
Quadro 3 - Acionamentos do Canil por unidades operacionais do CPOM....	50
Quadro 4 - Levantamento no número de canis setoriais e de cães farejadores de drogas nos canis centrais das polícias militares no ano de 2017.....	53
Quadro 5 - Número de Ocorrências por Cão em 2016.....	55
Quadro 6 - Acionamentos do Canil em 2016 na área do 6º BPM.....	58
Quadro 7 - Solicitações realizadas pelo 6º BPM ao Canil da PMES em 2016.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrada de internos no Sistema Penitenciário do Espírito Santo...	30
Gráfico 2 - Distribuição de atuação da Cia de Operações com Cães por município da Região Metropolitana de Vitória nos de 2015 e 2016.....	51
Gráfico 3 - Acionamentos do Canil realizados por unidades da PMES na área do 6º BPM em 2016.....	54
Gráfico 4 - Motivação do emprego dos binômios no município da Serra em 2016.....	57
Gráfico 5 - Locais de emprego dos cães farejadores em 2016 na Serra.....	58
Gráfico 6 - Participação em ação policial com apreensão de drogas.....	64
Gráfico 7 - Avaliação sobre o emprego de cães pela PMES.....	67
Gráfico 8 - Avaliação dos entrevistados sobre a importância do emprego de cães de detecção de drogas na redução da criminalidade.....	68
Gráfico 9 - Avaliação da agilidade de chegada do efetivo do Canil no local da ocorrência.....	71
Gráfico 10 - Percentual de entrevistados que consideram a falta de guarnições do Canil à disposição, diariamente, no batalhão de área como maior problema.....	76
Gráfico 11 - Percentual de entrevistados que consideraram o CPU como maior problema para se acionar a equipe do Canil.....	77

LISTA DE SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
BME - Batalhão de Missões Especiais
BPM - Batalhão da Polícia Militar
COC - Companhia de Operações com Cães
CEOC - Companhia Especializada de Operações com Cães
COPOM - Centro de Operações Policiais Militares
CPOM - Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano
ES - Espírito Santo
GEAC - Gerência de Estatística e Análise Criminal
KG - Quilograma
OPM - Organização Policial Militar
PM - Polícia Militar
PMES - Polícia Militar do Espírito Santo
ROTAM - Ronda Ostensiva Tática Motorizada
RRO – Relatório de Registro de Ocorrência
SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública e defesa Social
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 JUSTIFICATIVA.....	20
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.2.1 Objetivo Geral.....	22
1.2.1 Objetivos Específicos.....	22
1.3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
1.4 METODOLOGIA.....	24
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTROLE DA CRIMINALIDADE E A REPRESSÃO QUALIFICADA	25
2.1 A ATIVIDADE DE POLICIAMENTO E A REPRESSÃO QUALIFICADA.	28
2.2 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DA SERRA	31
3. A ATIVIDADE CINOTÉCNICA DA PMES E O EMPREGO DE CÃES DE DETECÇÃO DE DROGAS	39
3.1 O USO CÃES FAREJADORES DE DROGAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO.....	46
3.2 OS CÃES DE DETECÇÃO DE DROGAS: UM BREVE PANORAMA.....	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1 ANÁLISES DOS DADOS.....	63
a) Quanto ao perfil dos pesquisados.....	63
b) Atuação dos entrevistados em ações policiais que envolviam o enfrentamento ao tráfico de drogas.....	64
c) Avaliação e percepção dos entrevistados sobre o emprego de cães na atividade policial de enfrentamento ao tráfico de drogas.....	66
d) Participação dos entrevistados em ocorrências policiais em que	69

houve o emprego de cães na atividade policial de enfrentamento ao tráfico de drogas e suas percepções acerca do processo de acionamento do canil da PMES.....	
e) Percepções dos entrevistados SOBRE o processo de acionamento do canil da PMES	71
f) Visão dos entrevistados sobre os problemas para se solicitar suporte do canil da PMES	75
g) Avaliação dos entrevistados sobre a importância da difusão dos cães farejadores e a eficácia no enfrentamento ao tráfico de drogas	78
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	87
ANEXOS.....	91

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A realidade contemporânea tem colocado novos desafios às instituições policiais acerca do modo como tem tratado as questões relativas a Segurança Pública. A criminalidade e a violência apresentam-se como fenômenos complexos e multifacetados exigindo uma atuação policial que atenda aos anseios de uma sociedade cada vez mais complexa e exigente quanto aos direitos e garantias individuais.

Historicamente, percebe-se que a questão da violência e da criminalidade tem sido abordada sob uma ótica predominantemente policial, e na maioria das vezes, sob a ótica da repressão policial, sobretudo quando o assunto é o enfrentamento dos problemas relacionados com a droga ilícita. Percebe-se, de modo geral, que são escassas e pontuais as intervenções do Estado nas tratativas dos problemas advindos das drogas ilícitas e que considere as implicações sociais, econômicas, psicológicas e políticas na compreensão global do problema.

A criminalidade é um dos grandes flagelos da sociedade contemporânea e às polícias cabem uma parte da atuação a fim de reduzir os danos desse fenômeno. Em especial, essa atribuição de controle do comércio e uso de drogas ilícitas não é uma tarefa simples e as estratégias policiais de enfrentamento, do mesmo modo, não são unânimes, o que já é um fato de conhecimento comum. Um dos mais renomados estudiosos de polícia argumenta que

De qualquer modo, não existe uma maneira real de controlar o comércio das drogas. Todo mundo sabe disso, especialmente, talvez, aqueles que estão envolvidos na ação contra a droga. A Força Especial encarregada de combater as drogas poder conter o tráfico que acontece nas ruas e nos parques, tornando esses locais mais acessíveis aos moradores e a suas famílias. [...] (BAYLEY, 2002, p. 187 - grifo nosso)¹

Além de ser uma política pública intrinsecamente ligada à saúde pública, é importante reconhecer também que existe outra faceta desse enorme comércio ilegal de drogas que é de corresponsabilidade das instituições policiais. É sabido que, direta ou indiretamente, esse tráfico de drogas tem sido responsável pelo acirramento de conflitos interpessoais por disputas de poder e recursos financeiros e

¹ David Bayley é considerado atualmente um dos maiores especialistas em justiça penal internacional, com especial interesse no policiamento. Seu trabalho tem se concentrado na reforma da polícia e nas estratégias de prevenção ao crime. No Brasil suas pesquisas têm influenciado diversos estudiosos, sobretudo, quando o tema é o policiamento comunitário.

de diversos crimes violentos, principalmente o homicídio. Nesse sentido, também se verifica que "a existência de gangues, bem como o consumo e o tráfico de drogas, têm sido apontados em diferentes perspectivas como causadores de homicídios" (Ministério da Saúde, 2004),

Assim, quando se analisa algumas das ações policiais de maior envergadura para controle do tráfico de drogas, por exemplo, em países da Europa e nos Estados Unidos da América, nota-se, normalmente, o emprego de cães. Esses animais são denominados de cães farejadores ou cães de detecção. E dependendo dos treinamentos específicos eles também são amplamente empregados em outras ações como nas operações de busca por artefatos explosivos, no controle de multidão, na localização de pessoas perdidas ou foragidas, na busca e salvamento de vítimas em estruturas colapsadas, na terapia assistida, entre outras aplicações.

De se salientar a multifacetada capacidade de adaptação e absorção de habilidades desses animais que se confundem com o desenvolvimento e evolução da espécie humana.

De acordo com Grandejean (2001, p. 35), os cães têm participado da vida dos homens há milhares de anos e sua utilização em ações policiais dá-se, principalmente, após a Segunda Grande Guerra Mundial. Foi, por exemplo, na Grã-Bretanha, ainda durante tal conflito que os cães foram utilizados pela primeira vez para a detecção de pessoas sob escombros.

No Espírito Santo, a primeira experiência de emprego de cães pelas Organizações Policiais deu-se a partir dos anos 1970 e é sobre esse processo de policiamento que este estudo visa abordar.

Cumprir destacar que o objeto a ser pesquisado não será tratado, evidentemente, de forma exaustiva e nem se propõe esgotar o assunto. O propósito é trazer à discussão o emprego de cães pela Polícia Militar do Espírito Santo (PMES) nas ações de enfrentamento ao tráfico de drogas, investigando suas limitações e potencialidade.

Assim, este estudo busca, abordar as potencialidades, as limitações e as especificidades do emprego de cães de detecção de drogas no enfrentamento à

criminalidade violenta, sobretudo nas ações que a PMES desenvolve contra o comércio ilícito de entorpecentes.

Isso ocorrerá através de uma pesquisa e de um diagnóstico do modelo de emprego de cães no cotidiano da atividade de policiamento ostensivo realizado no município da Serra/ES no ano de 2016. Buscaremos responder quais condições poderiam favorecer a ampliação do uso de cães farejadores no cotidiano de uma unidade policial da PMES a fim de tornar mais eficiente o enfrentamento ao tráfico de drogas ilícitas.

Partiremos da premissa de que, embora seja reconhecido pela extraordinária capacidade olfativa, o cão ainda é pouco aplicado em situações do dia a dia pelas instituições policiais. No Espírito Santo, por exemplo, existe apenas uma unidade da PMES² que treina e emprega cães em todo o território capixaba, em ações de enfrentamento ao tráfico de drogas. Essa unidade da PMES denomina-se Companhia Especializada de Operações com Cães (CEOC), e está vinculada ao Comando de Polícia Ostensiva Especializado³.

Diante desse cenário, algumas indagações deverão ser abordadas:

- Primeiro: tendo em vista a possibilidade de uso ordinário de cães treinados para localizar esconderijos de drogas ilícitas nos mais variados ambientes, a ampliação do Canil⁴ e a sua descentralização poderão contribuir para o incremento de ações policiais?
- Segundo: levando-se em consideração a constatação positiva da abordagem anterior, tal fato será suficiente para favorecer a redução do tráfico, por exemplo, em praças públicas, nas ruas e nas imediações de escolas?

Frente a um cenário em que grupos criminosos responsáveis pelo comércio ilícito de drogas lançam mão de diversos artifícios e estratégias para não terem suas

² Importante lembrar que outras instituições, como a Polícia Civil, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Sistema Penitenciário do Espírito Santo também empregam cães em suas atividades ordinárias.

³ O Comando de Polícia Ostensiva Especializado tem por atribuição o planejamento, comando, supervisão, coordenação, controle operacional e fiscalização de todas as Unidades especializadas da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES).

⁴ Para fins de melhor compreensão irei usar a expressão "Canil" ou "Canil da PM" para designar a unidade da PMES responsável pelas ações e operações com cães.

substâncias apreendidas nas abordagens realizadas pela polícia, o emprego de cães de detecção de drogas pode ser instrumento eficiente para qualificar as ações da polícia.

Assim, embora se reconheça o enfrentamento ao tráfico de entorpecentes como sendo uma questão complexa e multifacetada, de que forma o emprego de binômios especializados na localização de drogas poderiam potencializar as ações de repressão qualificada na atividade de policiamento ostensivo desenvolvida pela Polícia Militar?

1.1 JUSTIFICATIVA

Ações de enfrentamento a criminalidade violenta têm demandado incessantes esforços das instituições responsáveis pela Segurança Pública e estas precisam investir constantemente no aperfeiçoamento das estratégias capazes de prevenir e reprimir de forma qualificada e eficiente esses atos ilícitos.

Lugar comum no linguajar das forças policiais, deve-se buscar estar sempre um passo à frente dos marginais. A Polícia Militar, órgão do sistema de segurança pública, cujas atribuições estão definidas no parágrafo 5º do art. 144 Constituição Federal do Brasil⁵, é a principal instituição na atividade de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Daí a necessidade de estar devidamente preparada para atender as demandas e expectativas diárias da sociedade e para o enfrentamento da criminalidade.

E quando o assunto é especificamente o tráfico de drogas ilícitas, os desafios enfrentados pelos órgãos relacionados à Segurança Pública potencializam-se, pois, os criminosos ligados ao tráfico e à comercialização de entorpecentes passam a se valer de inúmeros artifícios para obstruir o trabalho policial.

Daí a necessidade das agências policiais desenvolverem mecanismos capazes de tornar mais ágeis e eficientes as ações de controle do tráfico de substâncias ilícitas. Nesse diapasão, Vargas, ao realizar um estudo sobre criminalística e análise de

⁵ BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

drogas pela Academia Nacional de Polícia do Departamento de Polícia Federal, faz uma reflexão sobre modernidade, eficiência e eficácia policial e aponta que

Não há maneira de conceber uma instituição policial eficiente, considerando uma visão moderna, inserida nas tendências do século XXI, sem pensar em uma polícia bem equipada, munida de ferramentas apropriadas, com recursos humanos altamente qualificados, e fundamentada em modelos de planejamento e execução que permitam ações estratégicas, táticas e investigativas bem sucedidas. (2012, p.11)

Ele ainda afirma que há uma escassez de informações sobre o mercado de drogas, contudo estudos mais recentes apontam o Brasil como sendo o segundo mercado consumidor de drogas ilícitas, perdendo apenas para os Estados Unidos (VARGAS, 2012).

Estudos mais recentes sobre esse comércio, realizados pela United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)⁶ das Nações Unidas, apontam que o crime organizado teria gerado, em 2009, o correspondente a 1,5% do PIB mundial, sendo o narcotráfico a atividade criminal transnacional com maior rentabilidade (UNODC, 2011)⁷.

Daí a necessidade dos órgãos ligados à Segurança Pública se prepararem adequadamente para desenvolver estratégias que, de fato, contribuam para tornar as ações de repressão ao tráfico e comércio de drogas ilícitas mais eficientes. Portanto, urge uma pesquisa para analisar como e se o uso de cães farejadores treinados para a localização de entorpecentes poderão incrementar as ações diárias do policiamento ostensivo desenvolvidas pelas unidades da PMES, principalmente aquelas diretamente relacionadas às ações rotineiras e ordinárias.

1.2 OBJETIVOS

⁶ De acordo com informações obtidas no site da entidade, a UNODC é um departamento da Organização das Nações Unidas, responsável pelo enfrentamento do tráfico de drogas, de armas, de pessoas, de animais e de recursos naturais, bem como do terrorismo e de outros tipos de crime, como os cibernéticos. Disponível em www.unodc.org

⁷ United Nations Office on Drugs and Crime. World Drug Report 2015 (United Nations publication, Sales No. E.15.XI.6). Disponível em http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em 08 Set. 2017.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o emprego de cães de detecção de drogas no enfrentamento ao tráfico de entorpecentes na circunscrição do 6º Batalhão de Polícia Militar (BPM) da PMES no ano de 2016.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Verificar as ações policiais desenvolvidas pela Companhia Especializada de Operações com Cães no cotidiano do policiamento ostensivo realizado na área sob a responsabilidade do 6º BPM.
- Avaliar as implicações das concepções do atual modelo de emprego de cães nas ações policiais desenvolvidas no município da Serra/ES.
- Identificar as condições que poderiam favorecer a ampliação do uso de cães farejadores no cotidiano de uma unidade policial da PMES a fim de tornar mais eficiente o enfrentamento ao tráfico de drogas.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO

Na intervenção do Estado através dos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, faz-se necessária uma eficiente repressão ao tráfico e ao comércio ilícito de drogas por aqueles que detêm essa prerrogativa constitucional. Segundo Costa (2008, p. 56),

A polícia militar, incumbida de preservar a ordem pública, é uma das principais instituições responsáveis pela atuação no combate a esse tipo de delito, não devendo medir esforços para conter essa crescente mazela que atinge todos os segmentos da sociedade.

No Espírito Santo a PMES desenvolve diariamente ações contra o tráfico e a comercialização ilegal de drogas. A atividade de policiamento ostensivo realizado pelas unidades policiais (ordinárias e especializadas) é responsável por boa parte das apreensões de drogas no Estado.

Bayley (2002, p. 142) é categórico ao afirmar que “o que a polícia faz rotineiramente em seu dia-a-dia varia substancialmente através do tempo e do espaço e que o trabalho da polícia não é de modo algum o mesmo em todos os lugares”. Assim, o

reconhecimento que a atuação tradicional na repressão ao comércio de drogas é limitada, traz uma pergunta: como potencializar a atuação policial?

O emprego de cães apresenta-se como uma alternativa viável, pois, é

Uma arma impar no combate a criminalidade, uma suplementação ao policiamento altamente vantajosa e de custo relativamente baixo, visto que seu emprego, principalmente, na busca e salvamento de pessoas, busca de marginais, detecção de entorpecentes armas, explosivos e outros materiais, dá a sociedade um retorno que não se pode aquilatar a níveis monetários, pois direta ou indiretamente ele protege e salva vidas, é fiel e obstinado no cumprimento de suas missões e é extremamente afável ao público externo que com ele tem contato, e com certeza, o cão bem adestrado e devidamente especializado para a missão não falha, e ama o que faz, sendo ele a encarnação do lema das Polícias Militares que é Servir e proteger. (MARTINS, ALVES E ALMEIDA; apud COSTA, 2008, p. 23)

Ainda sobre a eficiência desse tipo de policiamento no controle da criminalidade, importante verificar que o cão

[...] pode atuar em diversas missões quando empregado na atividade policial. Possuindo excelente desempenho no policiamento ostensivo a pé, faro de entorpecentes, busca em mata e diversas outras situações de aplicação. A utilização do cão em suplementação ao policiamento possibilita importantes resultados para a área de segurança pública (VIDAL, 2006, p. 12).

Assim, a adoção do policiamento com cães é uma forma de dissuadir ações criminosas, por ser uma "atividade eminentemente técnica, revestida de grande potencial de êxito na resolução de diversos tipos de atendimento à ocorrência, devido à conjugação do policial com o cão" (Vidal, 2006). Nota-se, portanto, que o emprego de cães mostra-se ainda uma ferramenta das mais úteis no enfrentamento diário contra as drogas.

Teremos, então, balizado pelos referenciais destacados pelos autores citados, que a pesquisa se dará na busca pela confirmação ou não quanto à validade de utilização de uma ferramenta composta pelo binômio homem/cão, visando a potencialização de recursos humanos e materiais disponibilizados no enfrentamento à criminalidade violenta implícita na comercialização de drogas ilícitas.

1.4 METODOLOGIA

O método de abordagem a ser utilizado será o hipotético-dedutivo⁸ tomando como base pesquisas bibliográficas já realizadas sobre o tema deste trabalho.

Haverá ainda uma pesquisa descritiva feita através da aplicação de questionário aos policiais integrantes de duas companhias de polícia do 6º BPM para trazer à tona pontos para discussão e exame.

Já os métodos de procedimentos que serão empregados no trabalho serão o estatístico e comparativo: o primeiro método tomará como fontes de dados as ocorrências de crimes registrados pela Polícia Militar do Espírito Santo com destaque para a área sob a responsabilidade territorial do Sexto Batalhão da PMES - doravante 6º BPM; já o segundo método, se dará através de coleta de informações do banco de dados da Polícia Militar, por meio da análise de boletins unificados (BU) confeccionados por policiais militares do 6º BPM e da Companhia Especializada de Operações com Cães, cuja tipificação tenha sido tráfico e apreensão de entorpecentes, quando em atuação no município da Serra no ano de 2016.

Seguindo esse formato, tem-se a expectativa de que este trabalho de conclusão de curso possa cumprir suas finalidades, dentre as quais, de se constituir em material para a reflexão, discussão e aprofundamento do tema, no que se espera que tenha utilidade para balizar políticas de comando futuras a serem desenvolvidas pelo Estado-Maior Geral da Polícia Militar do Espírito Santo.

⁸ Esse método pressupõe o uso de inferências dedutivas como teste de hipóteses. Podendo ser operacionalizado com base na formulação das hipóteses, a partir de um fato-problema; inferência das consequências preditivas, das hipóteses; teste das consequências preditivas, através da experimentação, a fim de confirmar ou refutar as hipóteses.

Capítulo 2

*CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTROLE DA
CRIMINALIDADE E A REPRESSÃO QUALIFICADA*

2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTROLE DA CRIMINALIDADE E A REPRESSÃO QUALIFICADA

De maneira geral quando se fala em controle da criminalidade, dois elementos estão sempre presentes nos discursos e textos que tratam da temática: a repressão e a prevenção criminal. O uso recorrente desses termos acaba revelando que as políticas públicas, que buscam mitigar os efeitos danosos do crime, adotam esses dois componentes como pontos centrais de suas ações. Muito embora o que se percebe, na prática, é uma confusão geral para se distinguir uma da outra e um uso ideológico dessas terminologias. Nesse sentido, Ballesteros (2014, p. 18) afirma que,

A dicotomia entre políticas preventivas e repressivas nas políticas de segurança pública é apresentada pelos governantes como “a escolha de Sofia”, figurando não só como uma questão ideológica, mas também sendo apresentada como uma decisão administrativa: seja pelo argumento de que as verbas são limitadas e é preciso fazer opções nos dispêndios financeiros, seja porque ainda não foram encontradas (ou não se propuseram a encontrar) estratégias que conciliem as duas vertentes de forma harmoniosa e eficiente.

Encontrar ações estruturantes e comprovadamente eficazes, sem um viés ideológico e com conotações políticas, e que consigam conciliar a prevenção e a repressão, talvez seja o maior desafio do Brasil na Segurança Pública. Nesse esteira, Saporì e Soares (2014) afirmam que o debate acadêmico em torno do assunto está impregnado de conotações políticas, fomentando a vinculação das políticas repressivas ao ideário de direita, e as preventivas ao universo de esquerda.

Ainda sobre esse paradoxo acerca da prevenção e repressão, o coronel José Vicente da Silva Filho (1998), um reconhecido estudioso da área da Segurança Pública, afirma que

A atitude decorrente é considerar anacrônica, ingênua e inoportuna a invocação de direitos - principalmente dos "bandidos" - e a clamar por mais medidas coercitivas do estado. Essa situação favorece discursos e políticas populistas de ênfase a instrumentos e ações repressivas para conter a violência, e costumam encontrar entusiasmada repercussão em áreas influentes do aparato policial que vêm na repressão a principal arma preventiva.

As instituições policiais reiteradamente são indagadas acerca de seu paradigma de atuação centrado na repressão, tendo como principais indicadores de produtividade o número de prisões, o número de armas de fogo e drogas apreendidas. Nesse

sentido se manifesta diligente estudioso do assunto pontuando que nem sempre as prisões podem ser o melhor indicador de uma eficaz ação policial. Para ele

[...] o resultado de um programa ou estratégia bem sucedida de ação policial será, muitas vezes, o não acontecimento de algo. A ausência de crimes pode ser justamente um dos melhores indicadores da excelência policial. Contudo nossos gerentes de polícia ainda estão apegados a indicadores de produção (*outputs*) tais como a apreensão de armas, número de prisões efetuadas, de operações realizadas e etc. Não é ainda muito claro como isso redundaria em resultados na forma de diminuição dos crimes. Operações e prisões podem estar dirigidas a locais e pessoas erradas, pontos de bloqueio podem ser feitos nos horários e locais em que eles são desnecessários e etc. (BEATO, 1998, p. 6)

Então, como qualificar a atuação policial, principalmente, o segmento responsável pelo policiamento ostensivo? No Manual de Polícia Comunitária elaborado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública⁹ (SENASP, 2008), ela defende que existem razões convincentes para as instituições crerem que chegou a ocasião de alterar e diversificar suas políticas e práticas no campo da Segurança Pública. Há estudos (BEATO, 1998; PASCHOAL, 2002) que atribuem ao policiamento ostensivo fardado como sendo o principal instrumento para a realização das prisões e não as atividades de investigação policial, de onde se imagina, pelo menos, que deveriam vir as principais e "melhores" prisões. Mas, de fato, o que se percebe é a busca de soluções imediatas e imediatistas para o controle do crime, não se baseando apenas em prisões como sendo fator determinante para tal. Assim entende Paschoal:

Por maior que seja o número de prisões, tem-se que seus efeitos são apenas paliativos; pois ao se prender alguém por roubo, furto, porte ilegal de arma, tráfico ilícito de entorpecentes, etc.; sabe-se que, em um interregno muito curto, esse alguém estará sendo substituído. Devendo-se ainda apontar a existência de um verdadeiro exército de crianças e adolescentes que se desenvolvem em condições materiais precárias, que são absolutamente propícias a inversões de valores. Sendo deletéria a crença de que apenas a repressão pode ser utilizada para enfrentar a violência. (PASCHOAL, 2002, p.64)

Essas críticas sobre a atuação policial acontecem, segundo Skolnick e Bayley (2002, p.20), porque a polícia costuma investir recursos em ideias tradicionais, burocraticamente seguras, mas que não funcionam mais – se é que algum dia

⁹ A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) é um órgão público vinculado ao Ministério da Justiça, que tem dentre outras atribuições a de assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade.

funcionaram. E essas estratégias tradicionais da polícia tornaram-se objeto de um longo diagnóstico e revelaram verdadeira falta de eficiência. Para os autores

[...] os tipos de crimes que mais aterrorizam os norte-americanos – o assalto à mão armada, o roubo, o furto de domicílio, o estupro, o homicídio – raramente são enfrentados pelo policial em patrulha. Somente “Dirty Harry” tem seu almoço perturbado por um roubo a banco em andamento. **Os oficiais de patrulha fazem, individualmente, poucas prisões importantes.** A “boa prisão” é um evento raro. Os policiais gastam a maior parte de seu tempo patrulhando passivamente e prestando serviços de emergência. (Skolnick; Bayley, 2002, grifo nosso)

Outra crítica acerca de atuação policial é a lógica do aumento de efetivo para se “combater” a criminalidade, principalmente, focada nas classes subalternas da população. Nesse sentido, Monet¹⁰ (2002) afirma que o

Aumento dos efetivos, modernização dos equipamentos, injeções maciças de recursos financeiros: durante os anos 1975-1985, várias polícias europeias se deram os meios de desenvolver modelos de intervenção mais agressivos, na esperança, que se mostrou ilusória, de interromper o aumento das ocorrências.

No entanto, reconhecer que o debate sobre repressão policial é uma questão multifacetada e complexa talvez seja o primeiro passo para a construção de novos indicadores de produtividade. Monet (2002, p.172) continua seu raciocínio na perspectiva de que “de nada adianta aumentar o policiamento se for para continuar a fazer o mesmo policiamento”. Ou seja, é preciso um aprofundamento dos debates que envolvem o tema da atuação policial, neste caso especificamente a capacidade repressiva dos serviços de polícia resultando em eficácia comprovada com os recursos existentes.

As célebres operações de saturação¹¹ de área e a criação de unidades especializadas, normalmente focadas no policiamento tático motorizado e/ou nas operações especiais, são medidas tradicionais e, normalmente, são muito caras, desagradam o público e só fazem com que a criminalidade se desloque de um setor para o outro (MONET, 2002, p.172).

¹⁰ Jean-Claude Monet é um dos mais eminentes analistas europeus da segurança pública, possui pesquisas sobre os modelos institucionais e do funcionamento concreto das políticas europeias, segurança do cidadão, os dilemas da lei e da ordem, o crime organizado, o terrorismo.

¹¹ Consiste em concentrar um grande quantitativo de policiais em uma determinada área e em períodos de tempo em que acontece um maior número de incidentes criminais.

O que se nota é que os estudos sobre o tema tendem a ver essas inovações como ações que se mostram poucos eficazes e rapidamente mostram os limites de sua efetividade. Contudo, insta lembrar que o controle da criminalidade e a prevenção da violência passam necessariamente pela atividade policial.

2.1 A ATIVIDADE DE POLICIAMENTO E A REPRESSÃO QUALIFICADA

Em pesquisa realizada no ano de 2010 pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT)/Sensus¹² mostrou que quase 23% dos brasileiros elegeram a violência urbana como o principal problema a ser enfrentado, seguido pelas drogas (21,2%) e o desemprego (19%). Em outra pesquisa no ano de 2015 realizada pela mesma entidade, revelou que quase 40% dos entrevistados considerou o policiamento nas cidades como medida mais importante no combate a violência no Brasil. Aparentemente temos que o anseio da população é um aumento se não da quantidade dos policiais, mas aumento da visibilidade do efetivo existente.

Esses números demonstram que o aumento das taxas de criminalidade e da violência urbana no Brasil tem causado uma forte sensação de insegurança, principalmente nos grandes centros urbanos. Nesse cenário, podemos sugerir que dois incidentes criminais ganham notoriedade: o tráfico de drogas e o homicídio.

Acerca desses dois graves problemas, diversos pesquisadores tem citado a intrínseca relação entre a existência de gangues, com o consumo/ tráfico de drogas e homicídio. E talvez por essa razão, grande parte dos esforços de enfrentamento aos crimes contra a vida tem na repressão ao tráfico de drogas uma das principais estratégias.

Dentro desse recorrente e tradicional paradigma de atuação policial, uma nova expressão passou a fazer parte dos discursos de autoridades públicas: a repressão qualificada.

Reiteradas vezes essa terminologia tem sido citada por autoridades, inclusive policiais, quando desejam dar um ar de sofisticação e complexidade às ações que

¹² Pesquisa disponível no site <http://www.cnt.org.br/Pesquisa/cnt-mda>. Acesso em 30 Ago. 2017.

estão sendo desenvolvidas para enfrentar o problema ou, como é mais comum dizer, para combater um determinado crime.

Então, o que seria a repressão qualificada? Existiria diferença entre repressão pura e repressão qualificada? Para Matos (2013) há sim uma distinção entre elas; na medida em que na última ocorre uma atuação de forma integrada e sistêmica contra pessoas ou organizações criminosas.

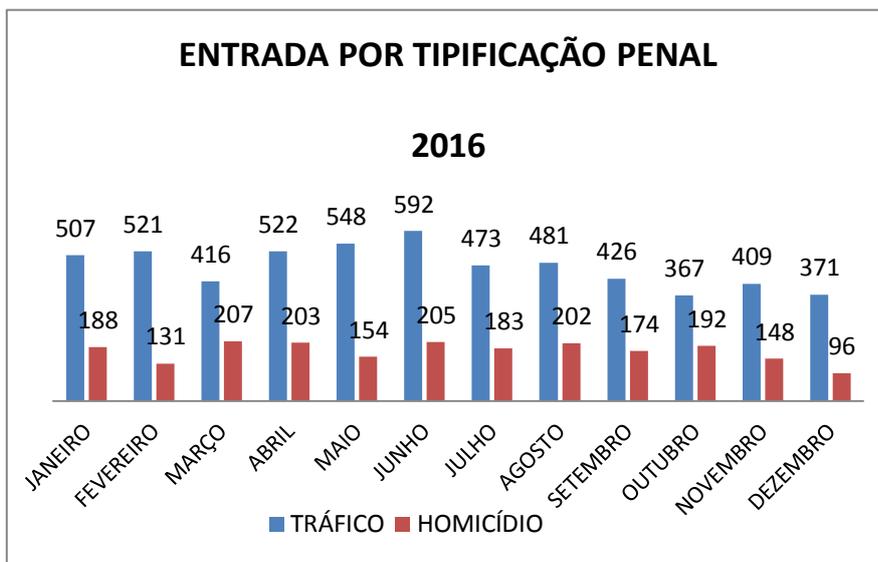
Há ainda argumentos que enquadram a repressão qualificada como uma nova forma de realizar o policiamento. Nesse sentido, Mansur (2007) defende que "tem também recebido atenção a repressão qualificada, representada por um policiamento mais eficaz, capacitado a cumprir sua missão dissuasiva de maneira legítima, a partir de um irrestrito respeito aos direitos humanos fundamentais". Para o autor, tal forma de ação carrega em si um desenvolvimento "evolutivo" que a distingue da repressão pura e simples, transparecendo, até mesmo, um aproveitamento de recursos humanos e materiais disponibilizados para a atuação na segurança pública.

Independente de terminologias, o que se nota é uma escassa produção bibliográfica em nível nacional acerca da eficácia da polícia no controle do tráfico de drogas. Há estudos que abordam a temática a partir da influência das prisões decorrentes desse comércio ilícito e suas repercussões no sistema penitenciário. Outras pesquisas abordam as ações da polícia como uma instituição voltada quase que inteiramente para o enfrentamento ao tráfico de drogas, dado o reiterado discurso acerca da relação tráfico de drogas e homicídio.

Em 2016, por exemplo, a entrada de presos no sistema penitenciário capixaba pela acusação de tráfico de drogas superou em muito a dos crimes relacionados ao homicídio. Mais de 5000 (cinco mil) criminosos foram presos pelos crimes tipificados da Lei nº 11.343/2016¹³, enquanto que pouco mais de dois mil criminosos sofreram medidas restritivas de liberdade pelo crime de homicídio.

¹³ Esta Lei institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad (disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11343.htm).

Gráfico 01: Entrada de internos no Sistema Penitenciário do Espírito Santo



Fonte: Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo

Nota: informação colhida durante uma palestra sobre o Sistema Penitenciário do ES

A experiência nos permite apontar que, em geral, observa-se uma quase total falta de diálogo e articulação das políticas públicas com foco no controle da criminalidade. Esse forte descompasso entre prevenção e repressão torna extremamente dificultosa a perenidade das ações e estratégias voltadas ao enfrentamento do crime. E não estamos a falar acerca da prevenção proveniente da presença ostensiva das polícias nos diversos locais, mas sim em políticas públicas de inclusão social.

Em decorrência de tal descompasso, temos que no centro desse debate encontram-se as polícias. Medidas policiais de intervenção, tais como em uma fiscalização de trânsito, em uma briga familiar ou quando um casal de namorados é orientado para ficar longe de áreas perigosas, são vistas, de certo modo, como medidas impositivas que tendem a soar agressivas e repressivas.

Ações de repressão policial perpassam situações clássicas como prisões em flagrante ou busca pessoal em um suspeito. A repressão é inerente à presença policial, seja ela "qualificada" ou não.

O que se observa, portanto, é que é premente o atendimento dos anseios da população no que tange ao aumento da sensação de segurança cabendo aos diversos segmentos governamentais promover políticas públicas que amenizem as necessidades de intervenções policiais. É fato que tal aumento de tal sensação não

está diretamente ligado ao quantitativo de prisões realizadas pelas forças policiais. Muito menos no aumento do número de policias nas corporações existentes. A diminuição da sensação de insegurança deve partilhar responsabilidades igualitárias entre todos os entes, seja na promoção da inclusão social seja na atuação ostensivas das policiais agindo em suas formas preventiva e repressiva.

2.2 UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O TRÁFICO DE DROGAS NO MUNICÍPIO DA SERRA

Quando são analisadas ainda, as prisões no município da Serra¹⁴, nota-se que aquelas prisões relacionadas ao tráfico de drogas também ganham notoriedade e importância, sobretudo, quando esses números são comparados a outros crimes. Em 2016 ocorreram 612 detenções durante atendimentos de ocorrências tipificadas pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social¹⁵ (CIODES) como sendo tráfico de entorpecentes; já as informações do Relatório de Registro de Ocorrência (RRO)¹⁶ da Polícia Militar do Espírito Santo apontam que nesse mesmo ano foram 1265 pessoas detidas.

¹⁴ O município da Serra tem uma área de 553 Km² (quinhentos e cinquenta e três quilômetros quadrados). Compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória. Tem cerca de 130 (cento e trinta e dois) bairros e uma população estimada de quase 500 mil pessoas, segundo censo demográfico de 2010 do IBGE.

¹⁵ Centro Integrado Operacional de Defesa Social é um órgão de atendimento emergencial que integra, em uma única estrutura física e digital, o trabalho diuturno da polícia militar, polícia civil, corpo de bombeiros militar, Guarda Civil Municipal de Vitória, Secretaria de Justiça e Polícia Rodoviária Federal (fonte: site da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo).

¹⁶ Instituído pela Portaria nº 462-R, de 03 de abril de 2008 o RRO será composto das ocorrências registradas pela PMES e se constituirá de um banco de dados com interfaces WEB para consulta e registro na Diretoria de Inteligência, subdividindo-se da seguinte forma: I - Quantidade de ocorrências registradas por toda PMES; II - Quantidade de ocorrências registradas por Comando Regional; III - Quantidade de ocorrências atendidas por OME; IV – Quantidade de Ocorrências atendidas por Companhias; V - Quantidade de Ocorrências atendidas por Município; VI - Quantidade de Ocorrências atendidas fora da área de atuação da OME.

Tabela 01: Número de detidos em atendimentos envolvendo entorpecentes no município da Serra/ES

	Ano e número de prisões	
	2015	2016
Dados do CIODES	724	612
Dados do RRO	-	1265 ¹⁷

Fonte: Gerência de Estatística e Análise Criminal/SESP e RRO/PMES

Nota: adaptado pelo autor

Aqui é importante fazer duas ressalvas. A primeira é que nem sempre essas conduções de suspeitos redundam em autuação em flagrante delito e processos criminais. A segunda é que em 2016 foram 1350 atendimentos feitos pela PM no município da Serra envolvendo quatro incidentes: tráfico ilícito de drogas (maconha, cocaína, crack e outros entorpecentes), apreensões de drogas, posse e uso de entorpecentes e cultivo/fabricação de substâncias entorpecentes.

Tabela 02: Ocorrências com drogas

Tipo Incidente	COMPANHIAS DO 6º BATALHÃO					Total
	1ª Cia	2ª Cia	3ª Cia	4ª Cia	5ª Cia	
Apreensão entorpecentes	91	97	67	28	48	331
Posse/uso de entorpecentes	28	82	52	36	50	248
Tráfico de entorpecentes	163	193	199	84	132	771
Total Geral	282	372	318	148	230	1350

Fonte: GEAC - CIODES/SESP

Cabe destacar que policiamento ostensivo no município da Serra é de atribuição do Sexto Batalhão da PMES. Essa unidade operacional subdivide-se em cinco¹⁸ companhias para executar as atividades de polícia ostensiva nos 130 bairros.

Segundo informações coletadas na Terceira Seção (P-3) do Sexto Batalhão as cinco companhias são desdobradas da seguinte forma:

¹⁷ Esse quantitativo inclui também 395 adolescentes apreendidos por ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas.

¹⁸ No ano de 2017, através do Decreto 4070-R de 01 de março de 2017, a Segunda Companhia do Sexto Batalhão foi transformada na Décima Quarta Companhia Independente.

a) A Primeira Companhia (1ª Cia) sediada no Bairro José de Anchieta é responsável por um conjunto de 15 (quinze) bairros, população de 71.023 pessoas e uma área de 11,6 km².

Tabela 03: Bairros da 1ª Cia

Nº	Nome do bairro
1.	André Carloni
2.	Boa Vista II
3.	Cantinho do Céu
4.	Carapina Grande
5.	Central Carapina
6.	Diamantina
7.	Jardim Carapina
8.	Jardim Tropical
9.	José de Anchieta
10.	José de Anchieta II
11.	José de Anchieta III
12.	Laranjeiras Velha
13.	Solar de Anchieta
14.	Jacuí
15.	Vista do Mestre

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão

Nota: adaptado pelo autor

b) A 2ª Segunda Companhia (2ª Cia) sediada no Bairro das Laranjeiras é responsável por um conjunto de 32 (trinta e dois) bairros, população de 68.974 pessoas e área de 35,49 Km².

Tabela 04: Bairros da 2ª Cia

Nº	Nome do bairro
1.	Bairro das Laranjeiras
2.	Boulevard Lagoa
3.	Castelândia
4.	Conjunto Jacaraípe
5.	Costa Bela
6.	Costa Dourada
7.	Enseada de Jacaraípe
8.	Estância Monzática
9.	Feu Rosa
10.	Jardim Atlântico
11.	Lagoa de Jacaraípe
12.	Manguinhos
13.	Marbella
14.	Nova Almeida Centro
15.	Nova Zelândia
16.	Ourimar

17.	Parque das Gaivotas
18.	Parque Jacaraípe
19.	Parque Residencial Nova Almeida
20.	Parque Santa Fé
21.	Portal de Jacaraípe
22.	Praia da Baleia
23.	Praia de Cabupa
24.	Praiamar
25.	Reis Magos
26.	Residencial Jacaraípe
27.	São Francisco
28.	São João
29.	São Patrício
30.	São Pedro
31.	Serramar
32.	Vila Nova de Colares

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão

Nota: adaptado pelo autor

c) A Terceira Companhia (3ª Cia) sediada no Bairro Barcelona é responsável por um conjunto de 37 bairros, uma população de 120.293 pessoas e área de 47,1 Km².

Tabela 05: Bairros da 3ª Cia

Nº	BAIRRO
1.	Alterosas
2.	Barcelona
3.	Barro Branco
4.	Camará
5.	Chácara Parreiral
6.	Chico city
7.	Cidade pomar
8.	Civit I
9.	Civit II
10.	Colina de Laranjeiras
11.	El Dourado
12.	Guaraciaba
13.	Maringá
14.	Mata da Serra
15.	Monte Verde
16.	Morada de Laranjeiras
17.	Nova Carapina I
18.	Nova Carapina II
19.	Nova Zelândia
20.	Novo Porto Canoa
21.	Paredão
22.	Parque Residencial Laranjeiras
23.	Parque Residencial Mestre Álvaro
24.	Parque Residencial Tubarão
25.	Pedrinhas

26.	Pitanga
27.	Porto Canoa
28.	Santa Luzia
29.	Santa Rita de Cássia
30.	Serra Dourada I
31.	Serra Dourada II
32.	Serra Dourada III
33.	Solar do Porto
34.	Solar de Laranjeiras
35.	Taquara I
36.	Taquara II
37.	Valparaíso

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão

Nota: adaptado pelo autor

d) A Quarta Companhia (4ª Cia) sediada em Serra Sede é responsável por um conjunto de 30 (trinta) bairros, uma população de 62.554 pessoas e área de 47,1 Km².

Tabela 06: Bairros da 4ª Cia

Nº	BAIRRO
1.	Planalto Serrano – Blocos A, B, C
2.	Vista da Serra I
3.	Vista da Serra II
4.	Cascata
5.	São Marcos I
6.	Residencial Centro da Serra (MACAFÉ)
7.	Palmeiras
8.	Divinópolis
9.	São Marcos II
10.	Santo Antônio
11.	São Judas Tadeu
12.	Jardim Bela Vista
13.	Serra Centro
14.	Maria Níobe
15.	Nossa Senhora da Conceição (Areinha)
16.	Colina da Serra
17.	São Domingos
18.	Jardim da Serra
19.	Caçaroca
20.	Campinho da Serra II
21.	Campinho da Serra I
22.	Jardim Guanabara
23.	São Lourenço
24.	Cidade Nova da Serra
25.	Continental
26.	Belvedere
27.	Jardim Primavera

28.	Chapada Grande
29.	São Marcos III
30.	São Tiago da Serra

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão
Nota: adaptado pelo autor

e) Quinta Companhia (5ª Cia) sediada no Bairro Cidade Continental é responsável por um conjunto de 16 (dezesseis) bairros, uma população de 54.019 pessoas e área de 18,83 Km².

Tabela 07: Bairros da 5ª Cia

Nº	BAIRRO
1.	Bairro de Fátima
2.	Balneário Carapebus
3.	Bicanga
4.	Cidade Continental
5.	Conjunto Carapina I
6.	Eurico Sales
7.	Hélio Ferraz
8.	Jardim Limoeiro
9.	Lagoa de Carapebus
10.	Manoel Plaza
11.	Novo Horizonte
12.	Praia de Carapebus
13.	Rosário de Fátima
14.	São Diogo I
15.	São Diogo II
16.	São Geraldo

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão
Nota: adaptado pelo autor

O município da Serra, nas últimas duas décadas, assistiu a um aumento considerável no número de homicídios, tornando-o uma das regiões mais violentas do Estado e do País. Desta forma, além de apresentar o maior número absoluto de homicídios do Espírito Santo, o município apresenta o comércio ilícito de entorpecentes como outro grave indicador de violência.

Tabela 08: Bairros com maior número de homicídios da Serra em 2016

BAIRROS COM MAIOR INCIDÊNCIA DE HOMICÍDIOS – SERRA / 2016														
Nº	BAIRRO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	JARDIM CARAPINA	2	1	3	2	2	3	1	4	1				19
2	FEU ROSA		3	3	1			1	3	2	3	2	1	19
3	NOVA CARAPINA I	1	1	1	1	4	1		1	1	3	1		15
4	VILA NOVA DE COLARES	3	1		1		1		2	3	1	1	2	15
5	NOVO HORIZONTE	1		2	1			1			2	3	1	11
6	PLANALTO SERRANO		1		1		2	3			1		1	9
7	JARDIM BELA VISTA	1	1		1		1	1	1		1			7
8	BALNEARIO DE CARAPEBUS	1	1	1		1	1			1		1		7
9	JARDIM TROPICAL		2					1		3		1		7
10	BAIRRO DAS LARANJEIRAS	2	1	3									1	7

Fonte: Terceira Seção do Sexto Batalhão

No ano de 2016 foram 771 ocorrências geradas pela polícia militar no município da Serra cujo incidente foi registrado como tráfico de drogas e 314 apreensões de drogas. São quase três ocorrências por dia envolvendo entorpecentes.

Tabela 09 - Ocorrências de tráfico e apreensão de drogas na Serra

2016		
Mês	Tráfico de Drogas	Apreensão de Entorpecentes
MÊS	QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS	
Janeiro	56	20
Fevereiro	71	10
Março	60	23
Abril	56	24
Maio	60	28
Junho	82	38
Julho	61	28
Agosto	71	29
Setembro	46	37
Outubro	84	31
Novembro	69	13
Dezembro	55	33
Total	771	314

Fonte: Relatório de Registro de Ocorrências da PMES

Nota: adaptado pelo autor

Importante notar que um grande percentual dessas apreensões concentra-se em pouco mais de dez bairros do município e o que é comum em todos eles é a vulnerabilidade social e o histórico de crimes violentos, sobretudo, os contra a vida. Assim, é importante lembrar que,

[...] os esforços no campo do enfrentamento e prevenção da violência merecem ser cada vez mais integrados e potencializados, sobretudo, nas áreas de maior vulnerabilidade social e que registram historicamente os maiores índices de criminalidade. A tendência de redução da taxa de homicídio é, em larga medida, resultado das ações de repressão qualificada e prevenção da criminalidade, executadas tanto pelos órgãos policiais quanto pelas demais instâncias governamentais (LIRA, 2014, p. 9).

O que se nota em geral é uma quase total falta de diálogo e articulação das políticas públicas com foco no controle da criminalidade. Esse forte descompasso entre prevenção e repressão torna extremamente dificultosa a perenidade das ações e estratégias voltadas ao enfrentamento do crime.

O enfrentamento às drogas faz-se a partir da elaboração de políticas públicas e, no campo policial, com estratégias de policiamento que levem em consideração os dados e as informações criminais, o desenvolvimento de ações planejadas de prevenção e repressão e do conhecimento da dinâmica do crime e dos criminosos.

No que tange aos índices criminais, torna-se imprescindível combinar esforços com vistas a sua redução e ao controle. Nesse sentido, o emprego de cães farejadores de drogas mostra-se como um instrumento comprovadamente eficiente e mundialmente reconhecido. No Espírito Santo o emprego de cães nas ações policiais teve início em 1970, mas foi a partir do final da década dos anos de 1990 que a atividade passou a ter um protagonismo nas intervenções policiais.

Capítulo 3

*A ATIVIDADE CINOTÉCNICA NA PMES E O
EMPREGO DOS CÃES DE DETECÇÃO DE DROGA*

3. A ATIVIDADE CINOTÉCNICA NA PMES E O EMPREGO DE CÃES DE DETECÇÃO DE DROGAS

A Segurança Pública tem sido o foco de intensos debates no cenário nacional. A redução de indicadores criminais e da sensação do medo, principalmente, nos grandes centros urbanos tem sido um constante desafio para a população, autoridades públicas e para a polícia.

As ações exercidas pela Polícia Militar ganham destaque nesse cenário, pois, a Magna Carta do Brasil delegou a essa instituição a missão de preservação da ordem pública e a de polícia ostensiva. Assim, para prestar esse serviço público essencial as instituições policiais militares lançam mão de diversas ações e estratégias de policiamento ou de prestação de serviços com a finalidade de prevenir e reprimir delitos, auxiliar pessoas em situação de risco e reduzir o medo contra a violência.

Esse grande desafio faz com que a polícia, a despeito das circunstâncias (limitações orçamentárias, ingerências políticas, vulnerabilidade sociais de diversos segmentos da população, entre outros fatores), busque métodos mais eficazes para prestar esse serviço.

Nesse sentido, o emprego de cães pela polícia é uma estratégia que passou a ser incorporada à rotina dessas instituições, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Insta lembrar que os cães domésticos foram incorporados à rotina humana, seja para auxiliar na segurança e nas caçadas, seja como companhia e transporte. Como não lembrar, por exemplo, dos husky siberianos puxando trenós ou dos cães pastores auxiliando na segurança de rebanhos.

A incorporação dos cães, como são concebidos atualmente, a rotina do policiamento pode ser considerado como um fenômeno da polícia moderna. Mesmo que, por exemplo, haja relatos de trabalho de cães em atividades policiais no século XIV na França (Robert & Rolak apud Munique, 2013), de fato, a inserção deles de forma sistematizada, racional e eficiente dos atributos caninos ocorre depois das experiências nas duas grandes guerras mundiais.

A partir de então as habilidades caninas passou a ser explorada pelas instituições policiais. No Brasil o uso de cães pelas polícias militares ocorre a partir de 1912 no Estado de São Paulo, muito embora a maioria das referências sobre o tema aponte

o ano de 1950 como esse marco histórico. Mas, em um artigo publicado na Revista A Força Policial, publicação institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo, os autores Walter Gomes Mota, Antonio Carlos Lima e Cláudia Freitas Lacerda, revisam a história dessa subunidade e indicam uma nova data como ponto de partida do emprego de cães.

Nunca na história da Força Pública se cuidou tanto de policiamento como durante a vigência da Missão Militar Francesa. Tivemos, então, nosso canil policial, cujos cães policiais belgas eram vistos todas as noites acompanhados de seus dirigentes, vasculhando os arredores da cidade e pondo em fuga os marginais (TORRES apud MOTA, W. G, et al, 2001, p. 40).

Na década de 1950 outras duas instituições policiais inseriram o cão nas atividades de policiamento. Isso ocorre mais precisamente em 1955 na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro¹⁹ e em 1957 na Polícia Militar de Minas Gerais²⁰.

Quadro 01: Ano de criação dos canis policiais no Brasil

Nº	Estado	Ano
1	São Paulo	1950 (1912)
2	Rio de Janeiro	1955
3	Minas Gerais	1957
4	Bahia	1960
5	Pernambuco	1962
6	Rio Grande do Sul	1965
7	Distrito Federal	1968
8	Espírito Santo	1970 (1994)
9	Paraná	1971
10	Pará	1974
11	Ceará	1976
12	Goiás	1976
13	Santa Catarina	1980
14	Rio Grande do Norte	1985
15	Maranhão	1986
16	Sergipe	1987
17	Rondônia	1989
18	Roraima	1990
19	Paraíba	1991
20	Alagoas	1992

¹⁹ Informação obtida no site da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro no endereço eletrônico <https://pmerj.rj.gov.br/batalhao-de-acoes-com-caes-registra-resultados-historicos/>

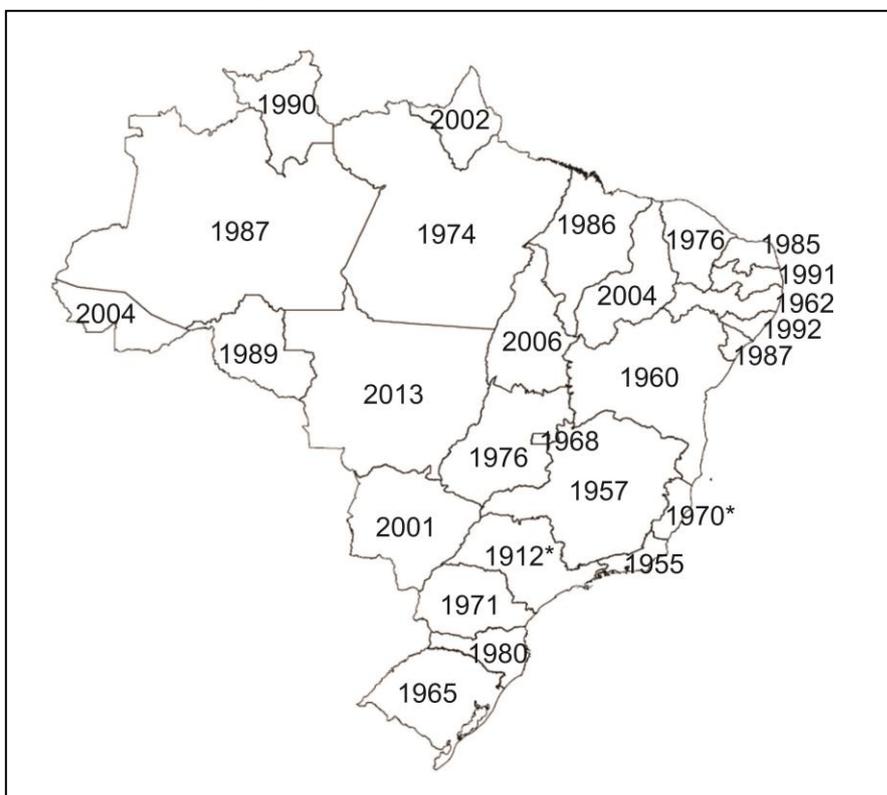
²⁰ MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Manual Técnico-Profissional nº 3.04.11/2013-CG: Regula a Prática Policial Especial de Emprego de Cães no Policiamento Ostensivo na Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: PMMG – Comando-Geral, 2013.

21	Amazonas	2001
22	Mato Grosso do Sul	2001
23	Amapá	2002
24	Acre	2004
25	Piauí	2004
26	Tocantins	2006
27	Mato Grosso	2013

Fonte: Informações verbais de policiais militares
Nota: organizado pelo autor²¹

Analisando a quadro acima, nota-se a primeira instituição a implantar um canil foi a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) em 1912 e o canil mais recente é o da Polícia Militar do Mato Grosso (PMMT). No Espírito Santo a história do emprego de cães começou a ser contada a partir de 1970.

Figura 01: Datas de criação dos canis das polícias militares do Brasil



Fonte: Informações verbais de policiais militares
Nota: organizado pelo autor

²¹ Esse levantamento foi realizado por este autor com base em dados fornecidos, "informações verbais", por integrantes de unidades policiais do Brasil. Usou-se um aplicativo de mensagem, WhatsApp, para obtenção desses dados. Portanto, esses números e datas não foram fornecidos oficialmente por essas instituições, podendo dessa forma, ocorrer algum tipo de imprecisão. Os canis da PMES e da PMESP, assim como outros canis, possuem duas datas porque as atividades foram interrompidas em algum momento e reiniciadas anos depois.

Para contar um pouco dessa história, iremos utilizar um levantamento histórico sobre a atividade no Espírito Santo, realizado pelo coronel da reserva remunerada Gelson Loiola²², em artigo publicado na Revista Preleção, publicação institucional da PMES. Nesse trabalho ele aponta inúmeros eventos e datas desses quase 50 anos do início da atividade com cães policiais no Espírito Santo.

Figura 02: Desfile do Canil da PM na década de 1970



Fonte: Arquivos do Canil da PMES

Consta nesse levantamento que o evento decisivo para a fundação do canil ocorreu em junho de 1970, quando dois oficiais e sete praças foram designados para realizarem uma capacitação na PM de São Paulo. Após o curso, cuja duração foi de trinta dias,

Assume o comando do Canil da PMES, o Capitão Djalmir Carlos Borges Hooper, tendo como Subcomandante o Aspirante a Oficial Alvim José Costalonga. A partir do dia 7 de agosto de 1970, os policiais militares qualificados em cinofilia, começam a cumprir as escalas de serviço no Canil da Corporação, no horário das 7 às 18 horas, sendo no dia 7/08 (sexta) – 3º Sgt Valdevino Guimarães e Sd Cely Neves Correa. 8/08 (sábado) – 3º Sgt Jair Duque e Sd Jairo Antonio Paterline. 9/08 (Domingo) – Sd Carlos Antônio Rodrigues. 10/08 (segunda) 3º Sgt Valdevino Guimarães e Sd Nelcy Mendes de Souza, e assim sucessivamente (LOIOLA, 2010).

Reconhecendo a iniciativa de implantação e a importância do Canil da PM, o coronel Hilton do Valle, em pronunciamento publicado no Boletim Especial de dia 26 de março de 1971, por ocasião da passagem de comando, reconhece o emprego do cão como um indicador de avanços no policiamento, cita o imprescindível apoio da PM do Estado de São Paulo para a concretização do Canil da PMES.

²² LOIOLA, Gelson. O Canil da PMES: 40 anos depois da criação. Revista Preleção – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública – ano IV, n. 7, abr. 2010

As mais modernas e avançadas Corporações quer militares, quer policiais-militares, têm em seu efetivo orgânico determinada fração de tropa que emprega o grande amigo do homem: o cão.

A PMES em visível e franca fase de desenvolvimento e aprimoramento nos campos intelectual, humano e material, jamais poderia prescindir do emprego de cães, no combate, prevenção e repressão à roubos em residência.

Por esta razão, recuperamos uma área, construímos e criamos um canil que, embora modesto e singelo, propiciar-nos-á, em futuro bem próximo, um rendimento e uma utilidade bastante eficazes.

Contamos, para a formação do canil, com o decisivo apoio, ajuda e colaboração de nossa co-irmã bandeirante que, além de preparar, sem qualquer ônus para o estado, seus atuais integrantes, através de um estágio de cerca de 30 dias, doou-nos 16 cães, que se constituem o núcleo inicial de nosso canil. Trecho do Boletim Especial nº 1, de 26.03.1971 (LOIOLA, 2010).

A partir de agosto de 1970 o Canil, vinculado nessa época à Cia de Polícia Especial do 1º Batalhão da PM, inicia efetivamente suas atividades. A localização do canil era no bairro Itararé, no município de Vitória. Ainda segundo Loiola (2010), alegando contenção de despesas o comando da instituição resolve desativar o Canil ocorre no final de 1976.

Figura 03: Estrutura física do Canil da PMES em 1970



Fonte: Arquivos do Canil da PMES

Dezoito anos após a extinção do Canil, já em 1994, um grupo de policiais militares lotados no então Esquadrão de Polícia Montada resolve reativar o Canil.

[...] mas seria o 1º Esquadrão de Polícia Montada da PMES o seu berço de ressurgimento, pois foi durante uma palestra da empresa de rações “Purina”, realizada no citado Esquadrão sobre o tema “Nutrição Animal: Equinos e Caninos”, quando o assunto abordou a parte relacionada com cães, o 2º Sargento PM Valtemir Rodrigues de Paula integrante do citado Esquadrão, que residia na década de 70 no Bairro do Itararé/ Vitória, ao lado do Canil da PMES, lembrou o fato e sugeriu aos presentes a

reativação do Canil na Corporação, tendo a idéia prontamente acolhida (LOIOLA, 2010).

Para viabilizar a reativação do Canil da PMES, o Comandante Geral desse período, o coronel Edilson Neves de Carvalho autoriza a liberação de uma verba para a aquisição de cães e construção de uma sede.

[...] incumbiu o Tenente PM Sérgio Alves Pereira, auxiliado pelo 2º Sargento Valtemir e pelo Cabo PM Licínio Vieira (um dos precursores do Canil criado em 1970) a missão de reativar o Canil da PMES para funcionar na sede do 1º Esquadrão de Polícia Montada, com sede no Parque de Exposições de Carapina, município de Serra (LOIOLA, 2010).

Em 31 de dezembro de 1994 ocorre oficialmente a reativação do Canil da PM e em maio de 1995 ele passa a ser subordinado, por força do novo Quadro de Organização Básica da PMES, à Companhia de Polícia de Choque, adquirindo o status de Pelotão.

Figura 04: Sede do Canil da PM em 1994



Fonte: Arquivos do Canil da PMES²³

Em 1999 ocorrem algumas modificações na estrutura organizacional da PMES. A Cia de Polícia de Choque, por exemplo, passa a ser denominada de Batalhão de Missões Especiais. Com isso o Canil passa a ter a estrutura de subunidade, denominando-se a partir de então como Companhia de Operações com Cães (COC), tendo como primeiro comandante o Capitão Eduardo Nunes.

Em junho de 2005, atendendo uma determinação do então Major Dejanir Braz Pereira da Silva, comandante do BME, a Cia de Operações com Cães deixa a sede

situada no bairro Carapina, no município da Serra e instala-se na sede do BME, no município de Vitória, anexo ao Quartel do Comando Geral (QCG). No local (Figura 04) são construídos vinte e dois boxes, uma veterinária, um depósito de ração e uma sala para equipamentos e materiais de adestramento.

Figura 05: Sede da Cia de Operações com Cães a partir de junho 2005



Fonte: Arquivo pessoal.

Outros marcos para o desenvolvimento e aprimoramento da atividade com cães na PM do Espírito Santo foram os cursos de capacitação e formação continuada que aconteceriam a partir dos anos 2000. A Cia de Operações com Cães realizou até o ano de 2016 seis cursos de Cinotecnia Policial e dois cursos Cães Farejadores, além de estágios, seminários e outros eventos visando o aperfeiçoamento e a habilitação de policiais militares na função de condutores de cães policiais.

Figura 06: Distintivos (brevês) de cursos do Canil da PMES



Fonte: Arquivo pessoal

²³ Na Figura 04 temos, da direita para a esquerda, o Tenente PM Sérgio Alves Pereira (primeiro comandante do Canil), o Tenente João Luiz Leite Pacheco (oficial médico veterinário), o Sargento Valtemir Rodrigues de Paulo e o Tenente Lamaison Luiz da Silva Silveira (em pé).

As etapas do processo de histórico do emprego de cães na atividade policial no Estado do Espírito Santo, nesses quase cinquenta anos de atividade, deixam evidentes que o Canil da PMES enseja um merecido protagonismo. Seja pela atuação no campo da Segurança Pública, através de ações estruturadas no policiamento ostensivo, seja na promoção da cultura cinotécnica na sociedade civil e nos órgãos públicos que compõe o Sistema de Segurança Pública.

3.1 O USO DE CÃES FAREJADORES DE DROGAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO

As organizações policiais responsáveis pela aplicação da lei espalhadas pelo mundo fazem uso de cães treinados para diversas tarefas e missões específicas ligadas ao controle do crime e ações de defesa social. No cumprimento de um mandado de busca e apreensão, na repressão ao tráfico de drogas, na localização de armas de fogo, munições e explosivos ou em busca por criminosos homiziados em regiões de mata temos no emprego de cães policiais uma ferramenta poderosa para se potencializar a ação da polícia.

A extraordinária habilidade e a capacidade olfativa dos cães têm sido reconhecidas em diversos segmentos da atividade humana. Segundo Machado (2013, p. 05),

O uso de cães policiais tem crescido nas últimas décadas (Robert & Rolak, 2000; Gordon, 2003) e contribui constantemente para trabalhos de busca e detecção de odores nas mais diversas áreas (Grazit & Terkel, 2003) como segurança, saúde, tecnologia, e espaços geográficos. Sendo, hoje, a tecnologia (Marks, 2007) mais utilizada e relativamente a mais precisa no sistema de detecção de odores (Morrison, 2000).

Assim, de maneira geral, pode-se dizer que o uso mais recorrente e comum no trabalho policial tem sido na detecção de drogas e explosivos, na localização de vestígios humanos para coleta de evidências e provas criminais, na identificação de iniciadores de fogo e na busca por pessoas perdidas ou homiziadas em área de mata.

Especificamente no enfrentamento ao tráfico de drogas, os cães policiais especializados na localização dessas substâncias têm se mostrado como uma ferramenta das mais úteis. Principalmente, porque as ações ordinárias da polícia que

visam inibir essa atividade ilegal encontram um grande obstáculo: os artifícios usados pelos criminosos para dissimular e ocultar as drogas.

Figura 07: Retirada de drogas após a indicação dada por um cão



Fonte: Arquivo pessoal.

Nesse diapasão, o emprego de cães detectores é uma realidade em inúmeras instituições policiais do Brasil e do mundo. Qualquer organização policial que queira coibir de maneira eficaz o comércio ilegal de entorpecentes, potencializando as ações de apreensão, deve, obrigatoriamente, utilizar o insuperável olfato canino.

A Polícia Militar do Espírito Santo desde a reativação do Canil em 1994 tem buscado inserir o uso de cães de detecção nas ações que são de sua atribuição constitucional. Vários animais foram treinados nessa especialização. Um de seus maiores representantes foi o Cocker Spaniel de nome Flash. Treinado e conduzido pelo cabo Sergio dos Santos, esse cão foi responsável pela prisão de diversos suspeitos e pela apreensão de farta quantidade de entorpecentes.

Em abril de 2004, por exemplo, uma ação desse pequeno cão trouxe grandes resultados. O Canil foi acionado por uma equipe da Diretoria de Inteligência da PMES para realizar a busca em um veículo suspeito (Figura 08). O Flash e o então soldado Sergio iniciaram a inspeção como era costume, ou seja, primeiro a parte externa e em seguida o interior do veículo. Ainda quando realiza a inspeção externa o cão já dava sinais que encontraria algo. Ao ser colocado no interior da carroceria logo o Flash indicou um local. A capota foi retirada e por debaixo dela, para surpresa de todos, além das drogas, foi identificada uma carabina .40 de carga da PMES (ela

havia sido furtada da Polícia Militar semanas antes por criminosos no bairro da Penha em Vitória/ES). Essa foi uma dentre dezenas de ações exitosas dessa dupla. O Flash teve merecida “aposentadoria” no ano de 2009.

Figura 08: Flash – um dos mais importantes cães de detecção de drogas da PM



Fonte: Arquivo pessoal.

Agora os protagonistas são outros. Iron, Eva, Eudis, Killer e Issac são alguns dos cães treinados para a localização de drogas. Eles têm sido responsáveis pelas recentes ações que têm culminado na apreensão de armas de fogo, munições, dinheiro em espécie e entorpecentes, como maconha, cocaína e crack. Além de terem contribuído com a prisão de diversos criminosos.

3.2 O EMPREGO DE CÃES DE DETECÇÃO DE DROGAS: UM BREVE PANORAMA

Em 2016, segundo dados fornecidos pela própria Cia Especializada de Operações com Cães, as operações policiais desenvolvidas pela unidade tiveram os seguintes resultados:

Quadro 02: Quantidade de apreensões e prisões realizadas com auxílio de cães farejadores de drogas em 2016

Mês	Maconha		Crack		Cocaína		Armas	Munições	Detidos
	Buchas	Kg	Pedras	Kg	Papelotes	Kg			
Janeiro	323	1,3	234	-	88	-	-	-	-
Fevereiro	644	7,27	776	0,4	173	2,35	01	06	-
Março	3039	13	534	3,8	304	-	01	11	2
Abril	1212	2,17	813	0,26	5111	0,26	05	15	2
Maiο	1706	-	512	-	394	-	01	119	2
Junho	1203	51,3	88	0,088	195	-	02	17	-
Julho	1469	0,5	387	-	467	-	03	18	-
Agosto	255	22,5	13	-	195	-	-	3	-
Setembro	87	0,406	78	0,249	-	-	02	-	2
Outubro	2948	6,9	1159	0,8	1479	5,3	13	45	-
Novembro	474	1,3	431	0,2	98	0,1	01	05	3
Dezembro	1959	50,75	404	0,15	290	-	01	16	1
Total	15319	157,4	5429	5,947	8794	8,01	30	255	12

Fonte: CEOC

Nota: adaptada pelo autor

Foram 30 armas de fogo apreendidas, 255 munições, 12 pessoas detidas, mais de 170 Kg e quase 30 mil doses individuais de entorpecentes. Esses números mostram como a atividade com cães em suplementação²⁴ ao policiamento ordinário pode contribuir para o controle da criminalidade.

Essas ações ocorreram, principalmente, nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória. O Sexto Batalhão tem sido a unidade policial com o maior número de solicitações de apoio à CEOC, como demonstra o Quadro abaixo.

²⁴ Suplementação refere-se aos recursos adicionais que aumentam a capacidade operacional em ações e operações rotineiras ou específicas.

Quadro 03: Acionamentos do Canil por unidades operacionais do CPOM

Unidade da PM	2015	2016	Total
1º BPM	43	38	81
4º BPM	20	19	39
6º BPM	58	30	88
7º BPM	09	14	23
10º BPM	06	11	17
11ª CIA IND	02	04	06
Total	138	116	254

Fonte: CEOC

Nota: elaborada pelo autor

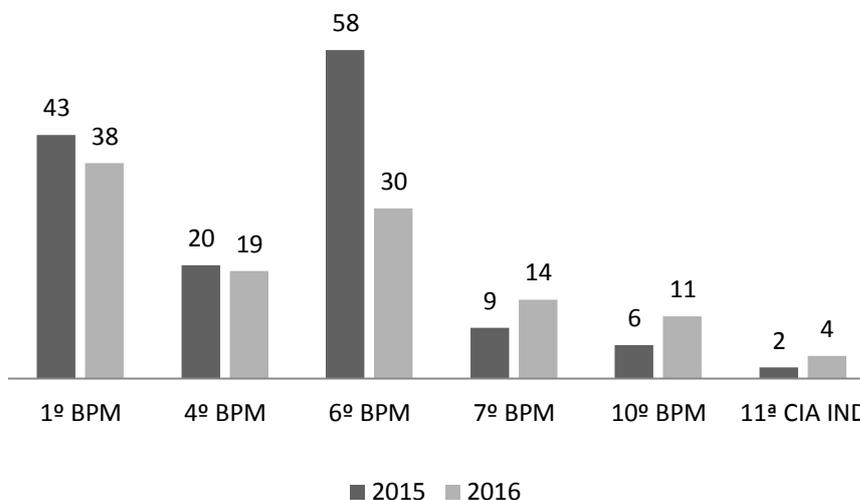
Com base no Quadro 03 é possível observar que em 2015 o Canil da PM recebeu 138²⁵ solicitações de apoio realizadas pelas unidades ligadas ao Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano²⁶. O Sexto Batalhão acionou o Canil por 58 vezes (42% das solicitações de apoio) e foi seguido pelo Primeiro Batalhão com 43 acionamentos.

No ano seguinte houve uma redução nos pedidos de apoio nas ações que envolviam busca por entorpecentes. O Primeiro Batalhão liderou essas solicitações com um total de 38 pedidos, seguido pela unidade do município da Serra. O efetivo do Sexto Batalhão, segundo dados fornecidos pela Cia Especializada de Operações com Cães, teria acionado 30 (trinta) vezes o Canil em 2016.

²⁵ Ao analisar a planilha fornecida pela CEOC, com as informações dos acionamentos do ano de 2016, notei que alguns acionamentos foram contabilizados como se fosse realizado pelo efetivo do Sexto Batalhão, mas a ocorrência foi gerada a pedido da ROTAM (Batalhão de Rondas Táticas Motorizadas). Uma hipótese é que o responsável pela organização planilha levou em conta apenas o município em que os policiais do canil atuaram e não a unidade da polícia que solicitou o apoio.

²⁶ No ano de 2016 o Comando de Polícia Ostensiva Metropolitano (CPOM), um dos órgãos de planejamento, comando, coordenação, fiscalização e controle operacional da PMES, tinha as seguintes unidades subordinadas: 1º Batalhão (Vitória), 4º Batalhão (Vila Velha), 6º Batalhão (Serra), 7º Batalhão (Cariacica), 10º Batalhão (Guarapari) e 11ª Companhia Independente de Polícia Militar (Viana).

Gráfico 02: Distribuição de atuação da Cia de Operações com Cães por município da Região Metropolitana de Vitória nos de 2015 e 2016



Fonte: CEOC

Nota: organizada pelo autor

Em um desses pedidos de auxílio, os cães conseguiram êxito na varredura, conforme a descrição do histórico que segue:

Em cumprimento de mandado de busca e apreensão, processo n. 0012766-83.2016.8.08.0048 expedido pelo excelentíssimo juiz de direito Alexandre Farina Lopes da 1ª Vara Criminal da Comarca de Serra, a bordo da RP 3188 GAO apoiados pela RP 3133 BME/Cia Op. Com Cães, nos dirigimos ao bairro Serra Dourada II, Serra/ES, rua Santos Neves, s/n, residência com muro de comungol, com placa de aluguel de mesas e cadeiras, local apontado como ponto de venda e guarda de entorpecentes. Ao chegar ao local, por volta das 06:20 da manhã, chamamos pelos moradores no portão da residência, mas não fomos atendidos, fazendo-se necessário cortar o cadeado do portão para que pudéssemos acessar o imóvel. Já no imóvel entramos em contato com a senhora Bianca Coelho Gomes moradora do local e após informar-lhe do referido mandado de busca e apreensão, explicando quais seus direitos e deveres a partir daquele momento, solicitamos que acompanhasse toda a busca na residência, inclusive presenciando o momento em que os militares **por indicação dos cães farejadores, encontraram 14 (quatorze) pedaços de substancia similar a maconha** do tamanho aproximado a uma caixa de fósforo (aproximadamente 1 quilograma de maconha) **escondidos por baixo do telhado de um cômodo localizado no quintal do imóvel**, em seguida foram localizados mais 08(oito) pedaços de maconha de tamanho semelhante dentro de um dos quartos da residência, escondidos dentro de um tênis infantil, foram encontrados também 08 (oito) papелotes de substancia similar a crack escondidos no bolso de uma bermuda pertencente ao suspeito que estava guardada dentro do guarda roupa [...]. Boletim Unificado nº 29084458²⁷

²⁷ Essa informação foi coletada via plataforma de registro de ocorrências da PMES denominada de BAON (<https://baon.sesp.es.gov.br>)

Nessa ação ocorrida em razão do cumprimento de um mandado de busca e apreensão, as drogas foram localizadas em um local de difícil acesso. Sem a presença dos cães teria sido possível a apreensão desse material?

A resposta para essa indagação pode evidenciar ou não a importância dos binômios especializados na detecção de drogas para se alcançar um ambiente de maior tranquilidade. Já que, como já foi citado no Capítulo Um, embora se reconheça o enfrentamento ao tráfico de entorpecentes como sendo uma questão complexa e multifacetada, de que forma o emprego de binômios especializados (homem e cão) na localização de drogas poderiam potencializar as ações de repressão qualificada na atividade de policiamento ostensivo desenvolvida pela Polícia Militar?

A resposta para essa indagação não é fácil, sobretudo, quando a analisamos sob a perspectiva no número de cães farejadores empregados na atividade fim. Este autor realizara como já foi citado no início deste capítulo, um levantamento para esclarecer quais foram as datas de criação dos canis da PMs, mas também foi verificada outras duas questões: a quantidade de cães farejadores de drogas nos chamados canis centrais e a existência ou não de canis setoriais ou regionais.

Observando o Quadro 04 é possível notar que o emprego de cães farejadores de drogas ainda tem uma baixa difusão nas polícias militares brasileiras. As instituições do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo são as que apresentam o maior quantitativo de cães aptos na localização de entorpecentes. Isso se levarmos em conta apenas os animais que estão sediados nos canis centrais²⁸.

²⁸ Canil Central é a designação dada à unidade policial responsável pela difusão da doutrina, controle e fiscalização dos demais canis setoriais da instituição. Foi identificado que em pelo menos um Estado, em que existe mais de uma unidade que emprega cães, não houve uma clara definição sobre qual dos canis seria o Canil Central. Em outra PM o Canil Central é definido com base na lotação do oficial médico veterinário, ou seja, quando ele é transferido de uma unidade para outra que também tenha um canil setorial, este passa a receber a designação de Central.

Quadro 04: Levantamento no número de canis setoriais e de cães farejadores de drogas nos canis centrais das polícias militares no ano de 2017

Estado	Quantidade de canis setoriais	Quantitativo de cães de detecção de drogas no Canil Central
REGIÃO SUDESTE		
São Paulo	26	17
Minas Gerais	25	12
Espírito Santo	-	11
Rio de Janeiro	-	08
REGIÃO NORDESTE		
Bahia	-	04
Sergipe	-	03
Alagoas	-	04
Pernambuco	02	08
Ceará	-	05
Piauí	01	04
Rio Grande do Norte	-	01
Paraíba	02	07
Maranhão	-	Apenas cães em treinamento
REGIÃO CENTRO-OESTE		
Distrito Federal	-	12
Goiás	03	08
Mato Grosso do Sul	02	12
Mato Grosso	-	02
REGIÃO SUL		
Rio Grande do Sul	05	06
Paraná	19	07
Santa Catarina	18	04
REGIÃO NORTE		
Pará	-	04
Rondônia	05	02
Roraima	-	04
Amazonas	-	03
Amapá	-	04
Acre	-	05
Tocantins	02	04

Fonte: Informações verbais de policiais militares integrantes dos canis policiais

Nota: organizado autor

Esses dois indicadores podem retratar como está a difusão e abrangência do uso de cães farejadores no enfrentamento ao comércio ilícito de entorpecentes pelo Brasil. Em que pese não ser objetivo deste trabalho realizar esse diagnóstico, pode servir como parâmetro para avaliar as condições do emprego de cães de faro e sua difusão no âmbito da PMES. Daí a importância desse levantamento.

Em agosto de 2017, por exemplo, segundo dados obtidos, por "informações verbais" e por mensagens eletrônicas, com o comandante da Companhia Especializada de Operações com Cães, capitão Rafael Sant'ana Reis, tem-se o seguinte panorama dessa unidade:

- a) Plantel: composto com 38 cães, sendo 26 cães adultos e doze filhotes;
- b) Cães aptos na detecção de drogas: 11 (onze) animais;
- c) Efetivo existente: 43 militares (um capitão, um tenente do quadro combatente, um tenente do quadro administrativo, dois subtenentes, seis sargentos, oito cabos e vinte e quatro soldados).
- d) Viaturas: dez viaturas tipo caminhonete (Hilux), um viatura tipo station wagon (Pailo Weekend), uma viatura tipo furgão (Mercedes Sprinter) com local destinado ao transporte de cães e um reboque com capacidade para seis cães.

A PMES, em setembro de 2017, tem o plantel de 11 (onze) cães treinados na detecção de drogas. Já no ano que foi usado como referência para as análises a, então, Cia de Operações com Cães, empregou um total de 15 (quinze) cães²⁹ na localização de drogas (Quadro 05).

²⁹ Em 2013 foi realizado o segundo Curso de Formação de Condutores de Cães Farejadores de Armas e Drogas (o primeiro curso aconteceu em 2003 na gestão do, então capitão Geovanio Silva Ribeiro). A partir dessa capacitação o Canil passou a treinar alguns cães para indicarem simultaneamente, entorpecentes, armas de fogo e munições.

Quadro 05: Número de ocorrências por cão em 2016

	Eudis	Iron	Kira	Kenia	Kate	Killer	Jaffar	Jayson	Frisian	Isaac	Jingo	Jade	Jhoy	Logan	Tabita
Janeiro	5	5	1	1	0	2	3	2	0	1	0	0	1	0	0
Fevereiro	4	5	1	0	0	0	0	1	2	1	1	0	1	0	0
Março	4	4	0	0	0	0	0	2	0	3	0	0	0	0	0
Abril	0	8	4	2	0	1	5	1	0	7	0	1	2	0	1
Mai	4	3	4	1	0	2	4	0	0	4	0	1	3	0	0
Junho	3	7	3	3	3	1	4	0	0	2	0	1	1	0	0
Julho	0	3	2	0	2	2	0	2	0	0	0	4	0	0	0
Agosto	2	2	3	0	0	1	1	1	0	1	0	2	2	0	0
Setembro	2	0	2	0	0	2	2	2	0	0	0	1	2	0	0
Outubro	2	6	5	1	1	0	5	2	0	2	0	3	3	0	0
Novembro	0	2	1	0	0	1	2	1	0	2	0	0	1	0	0
Dezembro	4	10	5	1	0	1	0	0	0	0	2	3	2	1	0
Total	30	55	31	9	6	13	26	14	2	23	3	16	18	1	1

Fonte: CEOC

Nota: adaptado pelo autor

Em uma dessas ações desenvolvidas no município em estudo, no ano de 2016, os cães Killer e Iron auxiliaram na apreensão de farta quantidade de droga (Anexo A).

Por volta das 19h30min, durante patrulhamento tático motorizado a bordo da ROTAM 3170, equipe composta pelos militares cb França, sd Monteiro, sd m. Oliveira e sd Malaguti, na rua rouxinol no bairro novo Horizonte Município da Serra, foram avistados vários homens que ao perceberem a aproximação da viatura empreenderam fuga em direção a uma mata situada no final da rua, não sendo alcançados. Durante buscas no local foi encontrado debaixo de uma folhagem certa quantidade de substância similar a maconha. Por se tratar de um local extenso solicitamos o apoio do Canil (Companhia de Cães do BME), sendo assim compareceu no local a viatura 3132, equipe composta pelo sgt Santana, sd Zanotti e sd Livia, com os cães Killer e Iron, que ao efetuar buscas na área foi localizado outra certa quantidade de entorpecentes, que ao final da operação foi totalizado a quantidade de 517 (quinhentos e dezessete) buchas de substância similar a maconha, 22 (vinte e dois) pinos de substância similar a cocaína, e 340 (trezentos e quarenta) pedras de substância similar a crack e 1 (uma) balança de precisão. Diante dos fatos prosseguimos até a 3º regional da serra para ser entregue o material apreendido. Conteúdo Extraído do Boletim Unificado nº 29750437 (Fonte: Plataforma do Batalhão On Line/BAON da PMES)

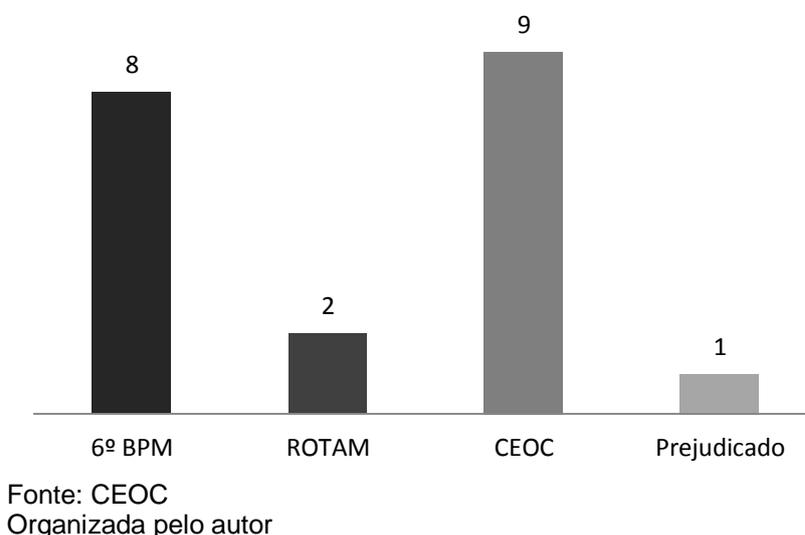
Em outra varredura realizada no bairro Paredão (lugar conhecido entre os policiais militares pelo intenso comércio de drogas em via pública), as cadelas Kate e Jade localizaram três pedaços (cada um com dimensões de uma caixa de fósforos) e 466 doses individuais (buchas) da mesma droga (conforme pode ser visto do Boletim Unificado nº 30333202 – Anexo B, datado de 13 de Outubro de 2016).

Aos Treze dias de Outubro de Dois Mil e Dezesseis, a bordo das RPs 3138 composta pelo 2º sgt Salles, sd Bitarães (mot) e sd Vieira (cadela Jade) e 3136 composta pelo cb Sergio (cadela kate), sd Barreiros (mot) e sd Thadeu. Durante treinamento com cães de faro de drogas no bairro jardim limoeiro (paredão), foi realizado buscas com os cães de faro de drogas Jade e Kate, onde lograram êxito em encontrar parcialmente enterrado em um terreno baldio localizado na Rua Rio de Janeiro, o quantitativo descrito no campo 04. Diante dos fatos, todo material ilícito encontrado pelos cães foi encaminhado a Terceira Delegacia Regional da Serra para ser entregue a

autoridade policial competente. Extraído do Boletim Unificado nº 30333202 (Fonte: Plataforma do Batalhão On Line – BAON – da PMES).

Essas duas apreensões retratam um pouco daquilo que aconteceu nesse ano. Entretanto, ao realizar uma análise qualitativa dessas 30 (trinta)³⁰ ações desenvolvidas pela, então, Cia de Operações com Cães durante o ano de 2016 na área do Sexto Batalhão (Serra/ES) foi observado que a maioria dessas varreduras por drogas e armas não ocorreram por solicitações do efetivo do 6º BPM (Gráfico 03)

Gráfico 03: Acionamentos do Canil realizados por unidades da PMES na área do 6º BPM em 2016



O 6º BPM solicitou auxílio dos cães em pelo menos 08 (oito) ocorrências, sendo seguida pela ROTAM³¹. Nota-se, então, que a própria Companhia de Operações com Cães desenvolveu a maioria das ações que redundaram em apreensão de droga, com auxílio de cães farejadores, no município da Serra em 2016.

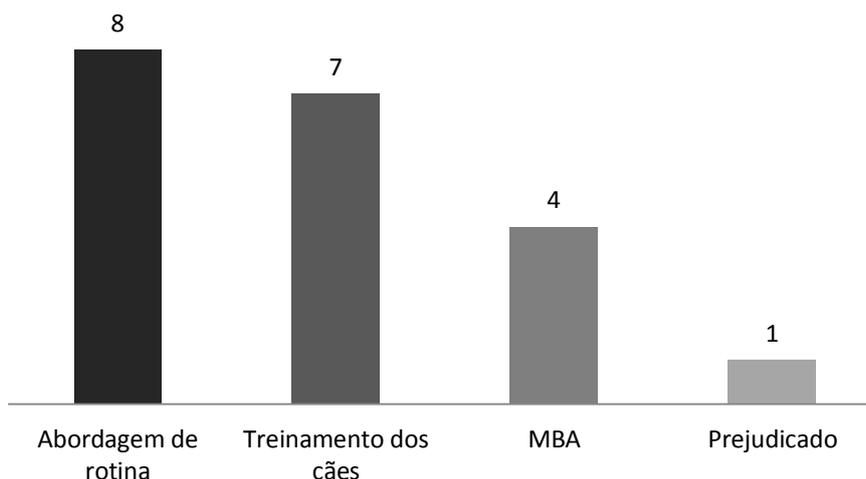
Um dado importante na análise dessas 30 ocorrências foi verificar que a principal motivação para acionamento do Canil da PMES (Gráfico 04) foi a chamada "abordagem de rotina". Ou seja, aquela situação em que o policial militar, em razão de uma fundada suspeita, resolve abordar um ou mais suspeitos, realizando os

³⁰ Ao analisar as 30 ocorrências geradas pela PMES na área do 6º BPM em 2016 que tiveram auxílio de cães farejadores de droga não foi possível coletar informações de dez delas, já que não estavam disponíveis na plataforma do Batalhão On Line.

³¹ O Batalhão de ROTAM era uma unidade da PMES especializada no patrulhamento tático motorizado. A responsabilidade territorial dela era em todo o território capixaba.

procedimentos para tentar, por exemplo, localizar arma de fogo, drogas ou quaisquer outros objetos que constituam corpo de delito ou ainda para verificar que o abordado tem mandado de prisão em aberto.

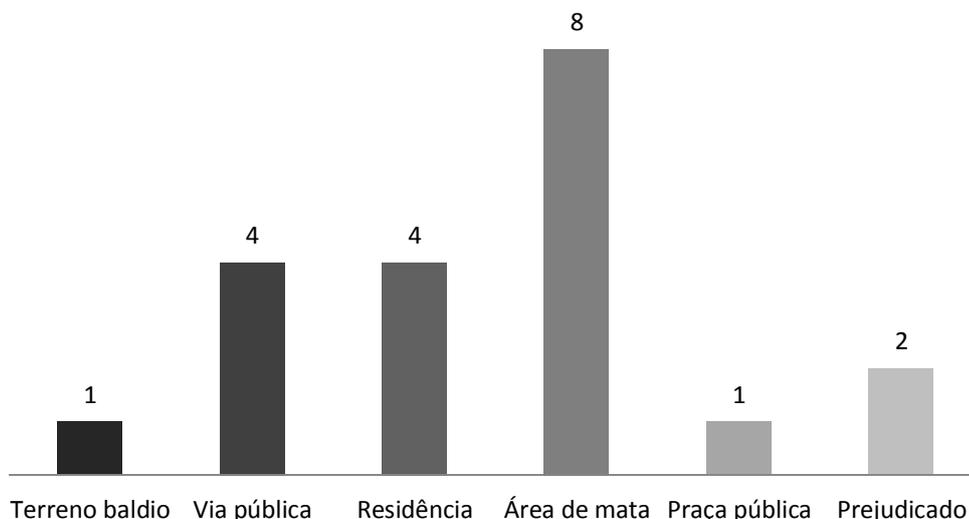
Gráfico 04: Motivação do emprego dos binômios no município da Serra em 2016



Fonte: CEOC
Nota: Organizada pelo autor

A segunda razão que mais provocou o emprego de cães farejadores em busca por drogas foi o item "treinamento dos cães". Isso acontece em razão da necessidade constante que os cães e seus treinadores possuem de realizarem treinamentos que aproximem ao máximo das situações reais que eles irão enfrentar no momento de uma ação real. E adotou-se um procedimento de realizar o aprimoramento dos binômios em locais de reconhecido comércio de drogas ou em ambientes, normalmente áreas de mata (Gráfico 05), que os traficantes usam para ocultar quantidades maiores de entorpecentes.

Gráfico 05: Locais de emprego dos cães farejadores em 2016 na Serra



Fonte: CEOC

Nota: Organizada pelo autor

O Quadro 06 traz um demonstrativo geral e a distribuição mensal dessas ações desenvolvidas no município da Serra nos anos de 2015 e 2016.

Quadro 06: Acionamentos do Canil em 2016 na área do 6º BPM

Mês	2015	2016
Janeiro	02	01
Fevereiro	03	04
Março	07	02
Abril	11	02
Mai	13	02
Junho	02	02
Julho	02	03
Agosto	03	03
Setembro	05	02
Outubro	07	04
Novembro	01	02
Dezembro	02	03
Total	58	30

Fonte: CEOC

Nota: Organizada pelo autor

A média de atuação da Cia de Operações com Cães no município da Serra em 2016 foi pouco mais de duas ações por mês. E se considerarmos o número de ocorrências envolvendo apreensão de entorpecentes, posse/uso de drogas e o

tráfico de drogas no mesmo período (1350 incidentes – Tabela 10) teremos, segundo dados da Gerência de Estatística e Análise Criminal da SESP, uma média de uma solicitação de apoio do Canil para cada 45 ocorrências registradas no CIODES.

Quadro 07: Solicitações realizadas pelo 6º BPM ao Canil da PMES em 2016

	Data	Companhia	Motivação do acionamento	Local
01	05/02/2016	2ª	MBA	Residência
02	17/02/2016	3ª	MBA	Residência
03	29/08/2016	5ª	Abordagem de rotina	Residência
04	13/10/2016	5ª	MBA	Residência
05	04/11/2016	3ª	Abordagem de rotina	Praça pública
06	23/11/2016	2ª	Abordagem de rotina	Prejudicado
07	16/12/2016	5ª	Abordagem de rotina	Via pública
08	29/12/2016	2ª	Abordagem de rotina	Área de mata

Fonte: CEOC

Nota: adaptada pelo autor

Se considerarmos apenas os acionamentos realizados em 2016 pelo efetivo do 6º BPM (Quadro 07) e que nesse período foram 1350 ocorrências, chega-se à relação de um pedido de auxílio dos cães para cada 168 ocorrências envolvendo drogas na Serra.

Tabela 10: Ocorrências com drogas na área do Sexto Batalhão

Tipo de Incidente	Companhias do 6º Batalhão					Total
	1ª Cia	2ª Cia	3ª Cia	4ª Cia	5ª Cia	
Apreensão entorpecentes	91	97	67	28	48	331
Posse/uso de entorpecentes	28	82	52	36	50	248
Tráfico de entorpecentes	163	193	199	84	132	771
Total Geral	282	372	318	148	230	1350

Fonte: GEAC - CIODES/SESP

Essas informações dão a magnitude do desafio que a PMES tem para ampliar a difusão do emprego de cães farejadores de drogas para esse tipo de ação,

sobretudo, quando se analisa a dinâmica do comércio ilícito de drogas, que cada vez mais busca estratégias e formas de escaparem da ação policial.

As análises e reflexões apresentadas neste capítulo podem servir de subsídios para que Estado-Maior Geral da PMES reavalie o emprego dos cães policiais nas missões afetas à polícia militar em território capixaba.

No capítulo seguinte iremos apresentar os dados obtidos na pesquisa de campo realizada através da aplicação de um questionário entre mais de cem policiais militares integrantes do Sexto Batalhão. Será realizada uma análise dos resultados a fim de identificar, principalmente, quais condições poderiam favorecer a ampliação do uso de cães farejadores no cotidiano de uma unidade policial como o Sexto Batalhão e se o modelo de emprego de cães adotado pela PMES favorece ou não as ações de repressão qualificada ao tráfico de drogas.

Capítulo 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a proposta deste estudo optou-se por realizar uma pesquisa descritiva a fim de diagnosticar, na atividade de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Espírito Santo, como é concebido o emprego de cães treinados para detecção de drogas ilícitas, a partir de uma análise das ações desenvolvidas pelo Sexto Batalhão da Polícia Militar do Espírito Santo - 6º BPM, localizado no município da Serra, Região Metropolitana da Grande Vitória.

Para ponderar como os policiais militares (soldados, cabos, sargentos e subtenentes) percebem, representam, pensam e avaliam a atividade com cães na circunscrição do 6º BPM, aplicou-se um questionário (Anexo D) composto com 16 (dezesesseis) questões, contendo apenas perguntas fechadas. Os dados obtidos foram organizados em 12 tabelas e 04 gráficos de barras.

A etapa de aplicação do questionário teve como escopo:

- a) identificar as percepções acerca do enfrentamento ao tráfico;
- b) avaliar o emprego dos cães no cotidiano policial;
- c) analisar se e de que forma o modelo de acionamento e emprego de cães farejadores prejudica ou favorece as ações de enfrentamento ao tráfico e comércio de drogas; e
- d) identificar quais condições poderiam favorecer a ampliação do uso de cães farejadores no cotidiano de uma unidade policial.

A análise dos resultados foi feita em duas etapas: uma qualitativa e outra quantitativa. Esta se deu através de uma análise estatística do instrumento de coleta de dados, sendo utilizado o software Excel para a organização das informações. Já aquela foi alicerçada em uma análise das respostas dos integrantes de duas companhias (Primeira Cia e Terceira Cia) do Sexto Batalhão³².

³² Com o desmembramento do Sexto BPM, por força do decreto 4070-R, 01 de março de 2017, a Décima Quarta Companhia ficou responsável pelo policiamento dos bairros que compreendiam a antiga 2ª Cia do 6º BPM. Daí o motivo de não se considerar essa subunidade para escolha da aplicação do questionário.

Cabe destacar que essas duas subunidades do batalhão da Serra foram escolhidas por concentrarem o maior número de pessoas detidas acusadas de tráfico de drogas (Tabela 11) e a maior quantidade de registro de ocorrências (Tabela 12) envolvendo apreensões de drogas durante o ano de 2016, conforme se vê nas tabela abaixo.

Tabela 11: Número de detidos por tráfico de drogas - 2016

MÊS	1ª Cia	2ª Cia	3ª Cia	4ª Cia	5ª Cia
Janeiro	20	28	27	8	17
Fevereiro	23	29	22	14	10
Março	15	32	29	9	22
Abril	19	33	17	11	15
Mai	22	26	29	10	30
Junho	35	34	40	11	21
Julho	26	34	29	12	19
Agosto	25	33	24	18	20
Setembro	28	18	27	12	13
Outubro	37	34	27	15	25
Novembro	19	30	32	15	14
Dezembro	20	29	19	12	19
Total	289	360	322	147	225

Fonte: Relatório de Registro de Ocorrência da Pmes

Tabela 12: Ocorrências com drogas no município da Serra

Tipo Incidente	COMPANHIAS DO 6º BATALHÃO					
	1ª Cia	2ª Cia	3ª Cia	4ª Cia	5ª Cia	Total
Apreensão entorpecentes	91	97	67	28	48	331
Posse/uso de entorpecentes	28	82	52	36	50	248
Tráfico de entorpecentes	163	193	199	84	132	771
Total Geral	282	372	318	148	230	1350

Fonte: GEAC - CIODES/SESP
Organizado pelo autor

4.1 ANÁLISES DOS DADOS

a) Quanto ao perfil dos pesquisados

As tabelas 12, 13 e 14 traçam um perfil dos policiais militares integrantes das duas companhias do Sexto Batalhão que formaram o público alvo da pesquisa.

Tabela 13: Graduação do policial

Graduação	Percentual
Soldado	75%
Cabo	16%
Sargento/Subtenente	9%
NR/NS	-
Total	100%

Tabela 14: Escolaridade

Escolaridade	Percentual
Ensino médio completo	41%
Ensino médio incompleto	1%
Ensino superior completo	25%
Ensino superior incompleto	33%
Total	100%

Tabela 15: Tempo de efetivo serviço³³ na polícia militar

Tempo de Serviço	Percentual
1 - 03 anos	41%
04 - 07 anos	28%
08 - 10 anos	7%
Mais de 10 anos	24%
NR/NS	00
Total	100%

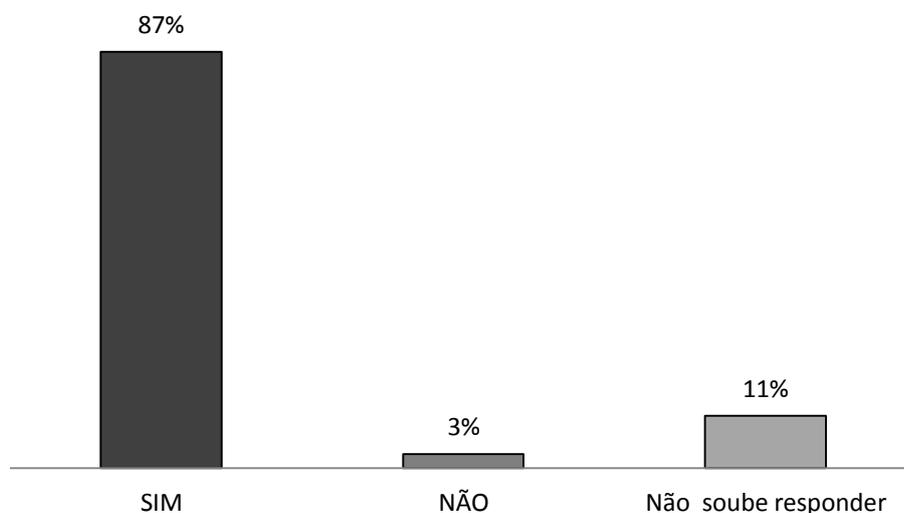
Podemos destacar os seguintes pontos analisando as três tabelas acima:

- 91% dos pesquisados são compostos por cabos e soldados, percentual que retrata as características da própria PM quando se fala de emprego operacional;
- A maioria dos policiais (41%) tem o ensino médio completo e um quarto do efetivo possui curso superior completo; e
- A maioria dos entrevistados (59%) tem mais de três anos de efetivo serviço.

b) Atuação dos entrevistados em ações policiais que envolviam o enfrentamento ao tráfico de drogas.

O Gráfico 06 mostra uma situação bem presente no cotidiano policial, ou seja, ações policiais em que houve a apreensão de drogas. Grande parte dos entrevistados (87%) já participara de algum tipo de intervenção policial cujo resultado tenha sido a apreensão de drogas ilícitas.

Gráfico 06: Participação em ação policial com apreensão de drogas



Os dados da Tabela 16 demonstram outra situação bem presente nas ações que visam coibir o consumo e o tráfico de entorpecentes. Foi perguntado aos entrevistados qual seria a maior dificuldade em se localizar drogas durante uma abordagem de rotina em locais de conhecimento da polícia como sendo uma área de intenso tráfico de drogas.

³³ Considera-se efetivo serviço o tempo trabalhado pelo policial descontando o período da formação policial e/ou licenças.

As maiores dificuldades apontadas pelos policiais militares referem-se aos locais usados pelos traficantes e a falta de informações sobre o local exato usado como esconderijo para armazenar drogas.

Um ponto importante na dinâmica que envolve o comércio de drogas, principalmente, em via pública, é que o entorpecente (seja ele a maconha, a cocaína ou o crack - as drogas mais comuns apreendidas pela PMES) deve estar sempre disponível para o responsável pela venda no varejo - denominado comumente de mula ou avião. As cargas³⁴ de drogas, normalmente, permanecem com os responsáveis pela venda direta ao usuário ou são colocadas em esconderijos. Assim, dessa dinâmica adotada pelo tráfico decorrem as duas maiores dificuldades em se localizar as drogas numa abordagem de rotina.

Também foi apontado pelos entrevistados a falta de efetivo para realizar a busca pelo entorpecente e a possibilidade de confronto nas abordagens, 48% e 37% respectivamente.

Tabela 16: Dificuldade na localização drogas

RESPOSTAS	Sim	Às vezes	Não	NR/NS	% Total
1. O local usado pelos traficantes para esconder o entorpecente	55%	39%	0%	6%	100%
2. A falta de tempo para se fazer uma busca minuciosa no local	23%	43%	27%	7%	100%
3. A falta de efetivo para realizar a busca	48%	36%	10%	6%	100%
4. A possibilidade de confronto armado por ser uma área de risco	37%	44%	10%	9%	100%
5. As reclamações dos suspeitos quando o tempo da abordagem começa a prolongar	25%	35%	32%	8%	100%
6. A falta de informações sobre o local exato	75%	24%	2%	3%	100%

Importante destacar que as ações policiais ordinárias de enfrentamento ao comércio ilícito de drogas se revestem de muita complexidade e baixa eficiência nas

³⁴ Quantidade maior de doses individuais de drogas ilícitas agrupadas para facilitar o controle e a manipulação na hora da venda e da prestação de contas. Uma carga de pedra de crack pode conter, por exemplo, vinte pedras.

apreensões em razão da dinâmica usada pelos traficantes para não terem descobertas e apreendidas partes significativas de seus estoques de drogas. Corrobora com essa constatação empírica o fato de três em cada quatro dos entrevistados relatarem que a falta de informações sobre o local exato ser um obstáculo para a apreensão de drogas.

Nesse sentido, o emprego de cães de faro nas ações ordinárias de enfrentamento ao tráfico pode ser uma alternativa comprovadamente eficiente ao efetivo policial das unidades operacionais que diariamente realizam abordagens a pessoas e a locais suspeitos. Sem contar que o emprego de cães pode tornar mais céleres e ágeis, se estiverem presentes, as ações policiais que visam localizar e apreender drogas, podendo proporcionar um aumento na segurança (preocupação de quase 80% dos entrevistados que responderam "sim" e "às vezes" - item 4 da Tabela 15) dos policiais, já que os cães aceleram consideravelmente o processo de busca por drogas nas imediações de suspeitos abordados.

c) Avaliação e percepção dos entrevistados sobre o emprego de cães na atividade policial de enfrentamento ao tráfico de drogas.

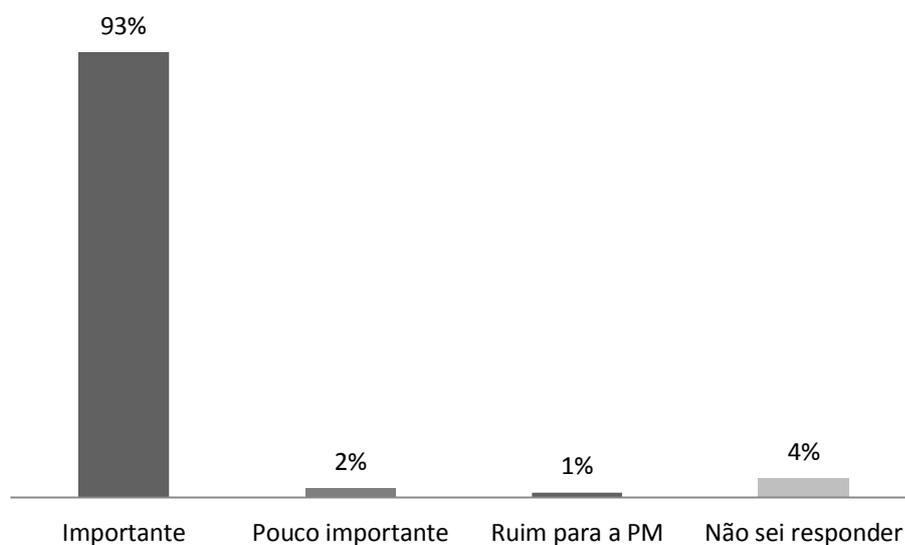
Dados fornecidos pela Gerência de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo (GEAC/SESP) apontam que em 2016 foram 1.350 registros de ocorrências policiais tipificadas como tráfico de drogas (Tabela 12) e 1.343 pessoas foram detidas, acusadas pelo mesmo crime no município da Serra/ES, segundo dados do Relatório de Registro de Ocorrências (RRO) da PMES (Tabela 11)

Esses dados revelam uma situação muito complexa em que o município da Serra/ES se encontra. Entretanto, esses números apenas ratificam um problema nacional: a inserção das drogas ilícitas no cotidiano das pessoas.

A droga está presente em todas as classes sociais e lugares. Porém, são nos bairros de elevada vulnerabilidade social que as consequências nefastas ganham notoriedade, sobretudo, quando estão alinhadas com disputas de áreas entre gangues rivais.

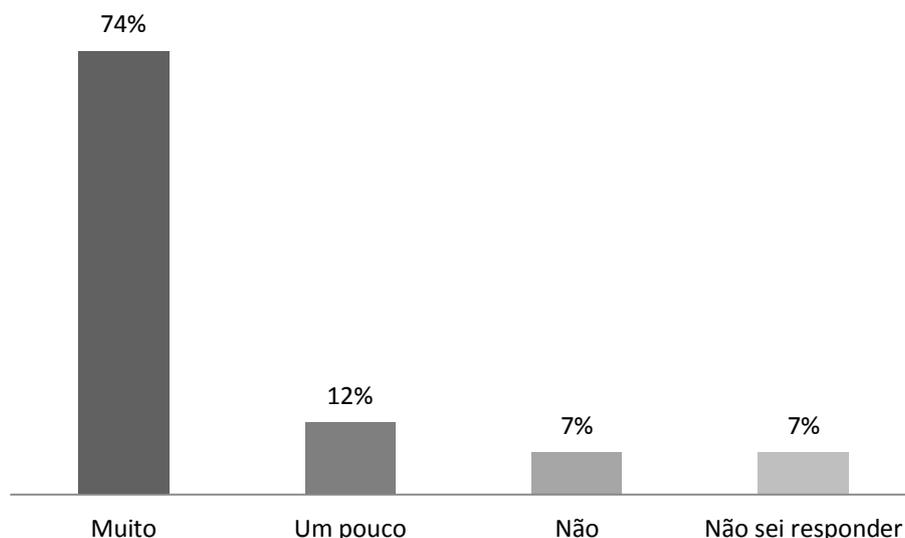
É nesse cenário que muitas das ações policiais ordinárias são desenvolvidas visando inibir o comércio ilícito dessas substancias e as disputas por território. Daí um percentual elevadíssimo dos entrevistados (93%) considerarem muito importante o emprego de cães pela PM. Insta observar que esse percentual é muito parecido com o de policiais que já estiveram envolvidos em ocorrência com apreensão de drogas.

Gráfico 07: Avaliação sobre o emprego de cães pela PMES



Os dados apresentados no Gráfico 07 evidenciam que os policiais militares avaliam como importante o emprego de cães pela Polícia Militar do Espírito Santo. Da mesma forma um percentual elevado dos entrevistados (74%) consideram que o uso especificamente de cães treinados para localizarem substâncias ilícitas é muito importante na redução da criminalidade, conforme o Gráfico 08.

Gráfico 08: Avaliação dos entrevistados sobre a importância do emprego de cães de detecção de drogas na redução da criminalidade



Dados do Relatório de Registro de Ocorrência (RRO) da PMES demonstraram que nas subáreas da 1ª e 3ª Companhias do 6º BPM, em 2016, somados os registros, foram mais de 600 (seiscentas) ocorrências de tráfico de drogas. Talvez por isso os percentuais apresentados na Tabela 17 demonstram que os policiais militares acreditam ser importante (88%) o emprego de cães de detecção de drogas na circunscrição de sua subunidade, já que tem consciência que as ações que redundam em apreensão e prisão de suspeitos por tráfico de drogas poderiam ser potencializadas com o emprego dos cães.

Tabela 17: Avaliação da importância do emprego de cães na circunscrição da companhia em que trabalha o entrevistado

Respostas	Percentual
Importante	88%
Pouco importante	4%
Ruim para a PM	0%
NS/NR	8%
Total	100%

Embora essa visão do policial militar acerca da importância dos cães no exercício da atividade policial se dê pelo reconhecimento dos atributos desses animais,

principalmente, da sua grande capacidade olfativa, mas em que se baseia a percepção dos entrevistados acerca do impacto do emprego dos cães no controle da criminalidade? Uma das hipóteses talvez esteja alicerçada na crença de que o aumento do número de apreensões de entorpecentes, graças ao emprego de cães farejadores, romperá de alguma maneira, o ciclo do tráfico de drogas, atenuando, assim, o sentimento de insalubridade e insegurança que permeia as regiões com elevada criminalidade.

De fato, a presença de um Sistema de Segurança Pública que inclui o emprego, constante e perene, de cães farejadores e outros instrumentos de controle da criminalidade pode cooperar com o reestabelecimento da ordem pública em lugares com elevada incidência de comércio de drogas, sobretudo nos espaços públicos, como as ruas, praças, praias, arredores de escolas públicas, etc.

d) Participação dos entrevistados em ocorrências policiais em que houve o emprego de cães na atividade policial de enfrentamento ao tráfico de drogas e suas percepções acerca do processo de acionamento do canil da PMES.

Em que pese 93% dos entrevistados admitirem a importância do emprego de cães pela PM, 66% dos policiais (Tabela 18) informaram que já participaram de alguma ação policial em que houve a utilização de cães farejadores de drogas.

A Tabela abaixo retrata a recorrência do uso de cães em ocorrências policiais. Praticamente dois em cada três policiais informaram que já participaram de alguma ação policial em que houve a utilização de cães farejadores de drogas.

Tabela 18: Percentual de participação em ocorrências em que houve emprego de cães farejadores de drogas

Respostas	Percentual
SIM	66%
NÃO	30%
Não sei responder	4%
Total	100%

Mas, apesar de 88% admitirem a importância da utilização de cães farejadores de drogas na circunscrição de sua subunidade, apenas 42% dos entrevistados (Tabela 19) já acionou o Canil alguma vez.

Em 2016 a Companhia Especializada em Operações com Cães realizou 30 (trinta) atendimentos do município da Serra³⁵. Daí, se considerarmos que nesse mesmo ano houve no município 1350 ocorrências envolvendo apreensão de drogas, tem-se a relação de um acionamento do Canil para cada 45 registros de ocorrências.

Uma importante constatação é que essa relação entre acionamento do Canil e o registro de ocorrências pode ser ainda maior, já que há uma quantidade relevante de boletins confeccionados com incidente, por exemplo, de porte ilegal de arma de fogo, mas na ação também ocorreu apreensão de drogas. Nessa situação hipotética, não havendo como indicar autoria quanto ao crime de tráfico, o registro oficial será de porte ilegal de arma de fogo e não de tráfico ou apreensão de droga.

Tabela 19: Percentual dos entrevistados que já acionou o canil da PM

Respostas	Percentual
SIM	42%
NÃO	53%
Não sei responder	5%
Total	100%

Insta observar que no ano de 2016, embora tenha ocorrido no município da Serra o registro de 771 boletins unificados (BU)³⁶ por tráfico de drogas, o acionamento do Canil por equipes que realizam o policiamento ordinário foi muito baixa. Se contabilizarmos apenas esses registros envolvendo o comércio ilícito tem-se uma média de duas ocorrências por dia. Entretanto, a média de solicitações de auxílio em

³⁵ Essas trinta ocorrências não foram solicitações exclusivas do efetivo do Sexto Batalhão. Foi possível verificar que alguns desses auxílios foram realizados para a ROTAM (Batalhão de Rondas Táticas Motorizadas), por exemplo.

³⁶ Boletim Unificado (BU) é o procedimento de formalizar uma ação policial através da inserção de dados e informações em um sistema digital de registro de ocorrências e procedimentos policiais denominado de BAON (Batalhao On Line)

varreduras feitas por cães farejadores, nesse mesmo ano, foi de cinco acionamentos a cada dois meses ou 2,5 solicitações de apoio por mês.

Uma das hipóteses dessa baixa solicitação de apoio realizado pelas guarnições que realizam o policiamento na área do Sexto Batalhão pode ser explicada pelos dados do Gráfico 09.

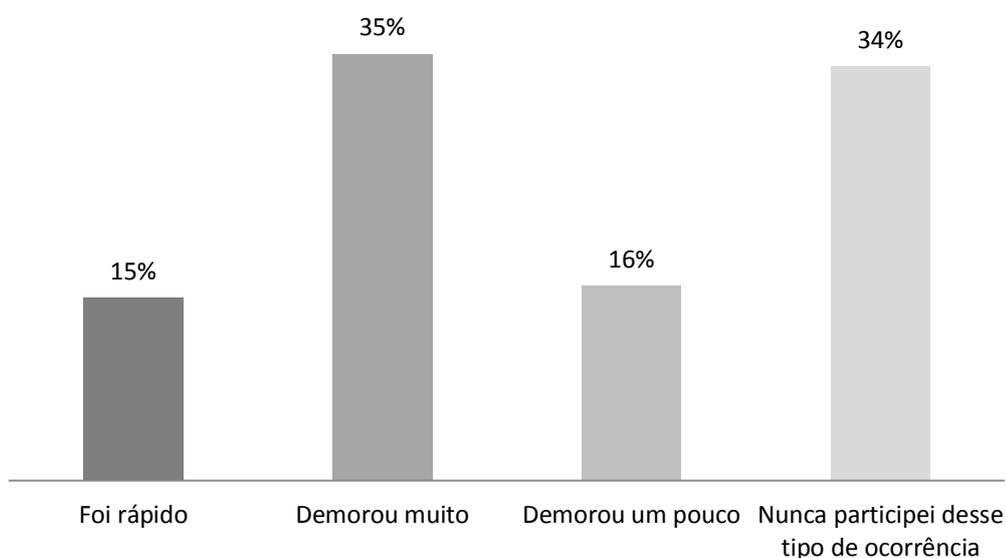
e) Percepções dos entrevistados SOBRE o processo de acionamento do canil da PMES.

As tabelas e os gráficos apresentados abaixo mostram a visão dos policiais entrevistados sobre o processo de acionamento da Cia Especializada de Operações com Cães da Polícia Militar do Espírito Santo.

O Gráfico 09 revela que 15% dos inquiridos consideraram rápida a chegada da equipe do Canil da PM no local da ação e 35% indicaram que a chegada dos cães farejadores no local da ocorrência foi muito demorada.

O fato dos policiais apontarem a demora prolongada de integrantes da unidade policial responsável pelo emprego de cães na PM em se chegar ao local da ocorrência pode, de certa maneira, afetar a possibilidade de outros acionamentos.

Gráfico 09: Avaliação da agilidade de chegada do efetivo do Canil no local da ocorrência



Outra constatação interessante, tabela 20, foi observar que 40% dos policiais solicitaram apoio do Canil no período compreendido entre 13h00min e 18h00min. No outro extremo, aparecem 2% dos entrevistados que requereram auxílio dos cães em ações policiais que ocorreram entre 00h00min e 06h00.

Contudo, o que chama a atenção é que 30% dos policiais nunca participaram de uma ação policial com a presença de cães farejadores de drogas (Tabela 18), o que corrobora com as informações contidas na Tabela 19.

Tabela 20: Horário de acionamento do Canil da PM

Respostas	Percentual
Entre 06h – 12h	17%
Entre 13h – 18h	40%
Entre 19h – 00h	6%
Entre 00h – 06h00	2%
Nunca participei desse tipo de ocorrência	35%
Total	100%

As informações contidas na Tabela 21 retratam outra impressão do serviço de cães da Polícia Militar capixaba. 21% dos policiais ouvidos na pesquisa consideram a forma de acionamento do Canil muito burocrático e 5% não consideraram burocrático ou demorado esse procedimento.

Tabela 21: Agilidade na forma do acionamento do Canil da PM

Respostas	Muito	Um pouco	Não	Não sei responder	Total
É ágil	11%	28%	21%	40%	100%
É demorado (burocrático)	21%	37%	5%	36%	100%

Ao se verificar o acionamento da Companhia de Operações com Cães nota-se que esse processo foi regulado no âmbito da PMES através da Portaria Nº 647³⁷, de 25 de março de 2015. Consta nessa norma interna, por exemplo, ela foi edificada a partir da "necessidade de padronização e elaboração de normas e procedimentos para acionamento e emprego das unidades especializadas, em especial o BME, o RPMont e a ROTAM"³⁷.

Cita ainda a necessidade de regulamentação desse acionamento, uma vez que o "emprego dessas Unidades causa um grande impacto psicológico sobre as pessoas, dado os procedimentos diferenciados adotados por seu efetivo, bem como pelo fardamento, viaturas, armamentos, equipamentos e aprestos particulares"³⁷.

Por fim, a Portaria na sua parte introdutória ("considerandos") defende que "em algumas situações, a chegada dessas Unidades aos locais de ocorrências policiais, pelo impacto psicológico exercido, é suficiente para a solução das referidas ocorrências, sem necessidade de uso de outro nível de força que não seja a presença"³⁷.

Essa norma interna da PMES ainda estabelece quais autoridades são competentes para acionar as unidades especializadas e suas respectivas subunidades e a cadeia de comando³⁸.

[...]

Art.2º- São autoridades com competência legal para acionar o BME, RPMont e a ROTAM:

- I. O Comandante Geral da PMES;
- II. O Subcomandante Geral da PMES;
- III. O Comandante do CPO-E;
- IV. O Subcomandante do CPO-E

V. Os Comandantes das respectivas Unidades Especializadas citadas;

VI. O Oficial Coordenador de Operações Policiais (Oficial COP), mediante aprovação das autoridades elencadas nos incisos I a IV, do art. 2º.

§ 1º- As Unidades citadas no caput deverão ser acionadas por meio das seguintes oficiais:

- I. Comandante da Unidade;
- II. Subcomandante da Unidade;
- III. Coordenador de Operações da Unidade;
- IV. Oficial de Dia da Unidade.

§ 2º- Caso o acionamento aconteça por um oficial que não seja o Comandante da Unidade, o oficial que tiver sido acionado deverá informar

³⁷ ESPÍRITO SANTO. Polícia Militar do Espírito Santo. Portaria Nº 647, datada de 25.03.2015. Disponível em: <https://www.pm.es.gov.br>. Acesso em: 06 set. 2017.

³⁸ Cadeia de comando é a linha de autoridade formal em uma organização. Em geral, ela pode ser observada no organograma da organização, o qual identifica os papéis de cada indivíduo e quem deve responder a quem dentro da estrutura organizacional.

imediatamente ao escalão superior, seguindo dessa forma até que o Comandante da Unidade tenha conhecimento.

§ 3º- Para o acionamento das Unidades citadas, é imprescindível que o Comandante de Policiamento da Unidade (CPU) da UOp com responsabilidade territorial esteja no local e esgote sua capacidade de atendimento da ocorrência com os recursos de sua Unidade, situação que informará ao Oficial COP, cientificando-o da necessidade de acionamento da tropa especializada.

§ 4º- O CPU deverá permanecer no local da ocorrência até a chegada da tropa especializada, quando passará a responsabilidade pela ocorrência ao Oficial da referida Unidade, salvo quando sua presença for indispensável em outro local, situação na qual o CPU deverá manter contato telefônico com o Oficial da tropa especializada, dando ciência ao mesmo de tudo o que tiver conhecimento sobre os fatos.

O artigo sexto da referida Portaria também normatiza aquelas situações que não são consideradas como urgência e emergência.

[...]

Art. 6º- Nos casos de necessidades de emprego das referidas Unidades em ocorrências que não sejam de caráter de urgência ou emergência, em apoio às demais Unidades Operacionais, tais como policiamento em eventos, cumprimento de Mandados de Busca e Apreensão, reintegração de posse, escoltas diversas e outras, a solicitação deverá ser direcionada ao Comando de Polícia Ostensiva Especializada (CPO-E), com antecedência mínima de 72 horas, a fim de subsidiar o necessário planejamento.

Parágrafo Único - Quando o pedido não for recebido dentro do prazo estipulado no caput, o mesmo não será atendido por intempestividade.

[...]

Seguindo esse modelo de acionamento, caso um comandante de companhia, por exemplo, receba uma informação de tráfico em sua região e queira organizar uma ação um pouco mais estruturada com emprego de mais recursos operacionais, ele só poderá contar com o apoio de cães farejadores caso a solicitação tenha sido realizada com 72 horas de antecedência. Dessa forma, apenas aquelas situações consideradas como urgência ou emergência é que poderiam contar com o suporte, por exemplo, da Cia de Operações com Cães.

Outro exemplo que poderia ser citado é uma situação que envolva uma equipe de serviço que recebe uma denúncia sobre o comércio de drogas em uma determinada região. Esses policiais poderiam acionar preventivamente uma equipe do Canil para realizarem a abordagem de forma simultânea e com auxílio de cães?

Seguindo o modelo proposto pela Portaria Nº 647/2015 esse policiais não teriam o prévio apoio de efetivo da Cia de Operações com Cães, a não ser que eles realizassem o procedimento de abordagem e em seguida informassem ao

comandante do policiamento da unidade (CPU) ou, excepcionalmente, diretamente ao operador da rede-rádio do Centro de Operações da Polícia.

Dessa forma, somente cientificando e solicitando autorização ao oficial coordenador de operações policiais (Oficial-Cop) é que essa guarnição poderá contar com o suporte de cães de faro para realizar a varredura por drogas no local da abordagem. E, normalmente, esse processo, em face da cadeia de comando, tende a ser lento e a consequência imediata será a permanência de todos os envolvidos no local da ocorrência aguardando a chegada dos cães para auxílio nas buscas por entorpecentes.

Portanto, esse processo de acionamento do Canil pode ter colaborado com a percepção (Gráfico 09) de 35% dos policiais entrevistados que consideraram o tempo de chegada da equipe do Canil no local da ocorrência muito demorada.

f) Visão dos entrevistados sobre os problemas para se solicitar suporte do canil da PMES.

Analisando os dados na Tabela 22 pode-se descartar como sendo um problema para o acionamento de uma equipe do Canil a atuação do CPU e a necessidade de entregar os detidos para a Polícia Civil, já que foram os únicos itens em que a resposta "não" (45% e 29% respectivamente) superaram as demais.

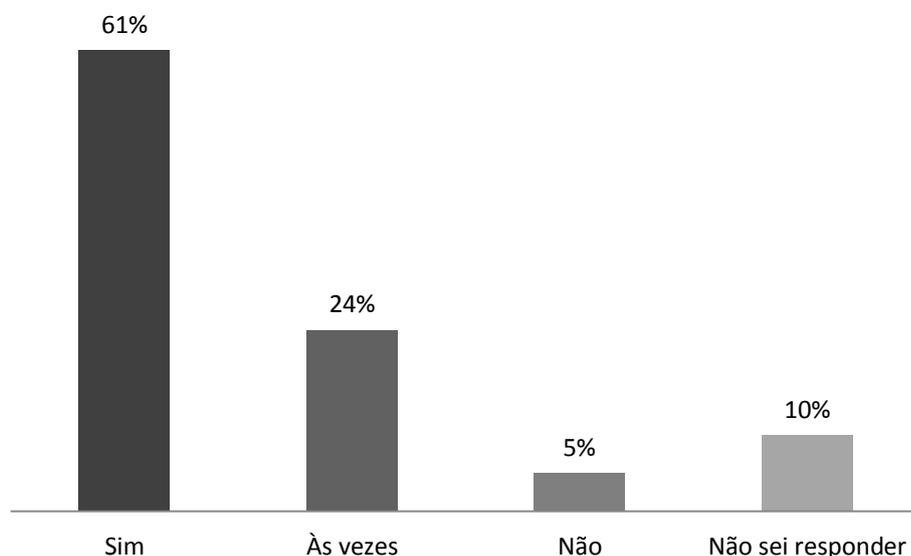
Tabela 22: Problemas para o acionamento de uma equipe do Canil da PMES

São problemas:	Sim	Às vezes	Não	NR/NS	% Total
1. O operador da rede-rádio do CIODES.	11%	35%	34%	20%	100%
2. O CPU.	9%	24%	45%	22%	100%
3. O Oficial-Cop.	16%	34%	25%	25%	100%
4. O tempo de chegada da guarnição do canil na ocorrência.	30%	45%	7%	18%	100%
5. A localização da Cia Esp de Operações com Cães	27%	33%	17%	23%	100%

6. A falta de guarnições do canil à disposição, diariamente, no batalhão de área.	61%	24%	5%	10%	100%
8. O horário do acionamento.	31%	39%	7%	23%	100%
9. A solicitação ter ocorrido no fim de semana.	36%	26%	10%	28%	100%
10. A solicitação ter ocorrido durante a madrugada.	47%	19%	6%	28%	100%
11. Deixar os abordados/suspeitos aguardando a chegada do Canil.	30%	27%	25%	18%	100%
12. A necessidade de finalizar a ocorrência.	22%	33%	27%	18%	100%
13. A necessidade de entregar os detidos para a Polícia Civil.	27%	28%	29%	16%	100%
14. Aguardar a chegada do canil em um local de risco elevado.	38%	35%	11%	16%	100%

O maior problema apontado foi a falta de guarnições do canil à disposição, diariamente, no batalhão de área (item 6 - Tabela 22). Para 61% a ausência de cães na unidade de área para uma pronta resposta ou um suporte imediato é o maior entrave para o acionamento em caso de necessidade.

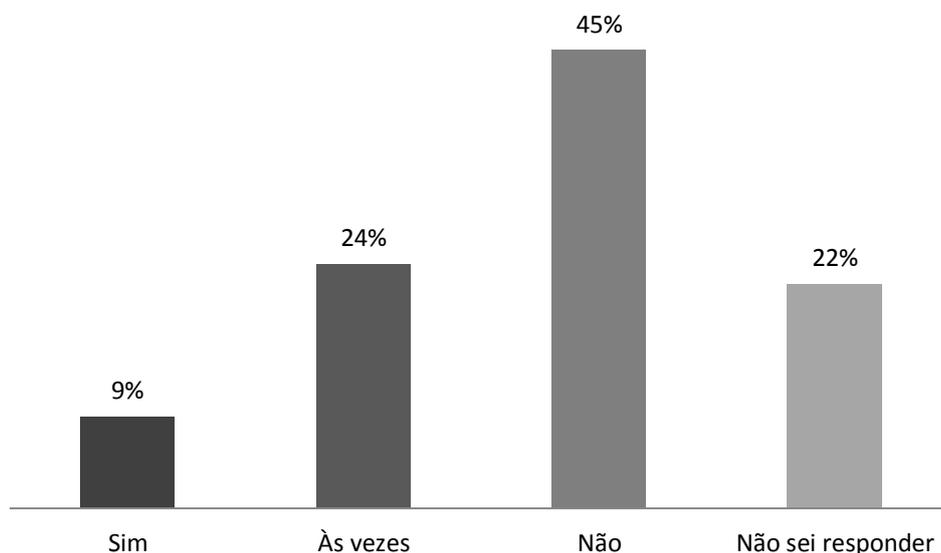
Gráfico 10: Percentual de entrevistados que consideram a falta de guarnições do Canil à disposição, diariamente, no batalhão de área como maior problema



Caso ocorra a soma dos percentuais de entrevistados que apontaram a resposta "às vezes" também como sendo um indicativo para problema no acionamento, teremos os seguintes percentuais:

- I) 50% o Oficial-Cop;
- II) 70% o horário do acionamento;
- III) 53% A necessidade de entregar os detidos para a Polícia Civil;
- IV) 55% A necessidade de finalizar a ocorrência;
- V) 57% Deixar os abordados/suspeitos aguardando a chegada do Canil;
- VI) 60% a localização da Cia Esp de Operações com Cães;
- VII) 62% a solicitação ter ocorrido no fim de semana;
- VIII) 66% A solicitação ter ocorrido durante a madrugada;
- IX) 73% Aguardar a chegada do canil em um local de risco elevado;
- X) 75% indicando o tempo de chegada da guarnição do canil na ocorrência;
- XI) 85% a falta de guarnições do canil à disposição, diariamente, no batalhão de área.

Gráfico 11: Percentual de entrevistados que consideraram o CPU como maior problema para se acionar a equipe do Canil



Mesmo somando as respostas "sim" e "às vezes", a única opção de resposta em que o percentual do "não" superou foi o item atribuído ao CPU. Assim, apenas o

comandante de policiamento da unidade não foi apontado como sendo um problema para o processo de acionamento de uma equipe do Canil da PM.

g) Avaliação dos entrevistados sobre a importância da difusão dos cães farejadores e a eficácia no enfrentamento ao tráfico de drogas.

O efetivo do Sexto Batalhão no ano de 2016 solicitou auxílio de cães farejadores em, no mínimo 8 (oito) oportunidades. Como já foi citado, no mesmo ano, foram 1350 ocorrências, no município da Serra, geradas pela Polícia Militar envolvendo apreensões de entorpecentes. Um desses atendimentos realizados ocorreu com o autor deste trabalho no dia cinco de fevereiro de 2016.

Essa ação foi toda relatada no Boletim Unificado nº 27507904 (Anexo C) e teve como resultado a condução cinco suspeitos pelo crime de tráfico de drogas e a apreensão de R\$ 383,00 (trezentos e oitenta e três reais) em espécie, três pedras de crack, 76 doses individuais de cocaína e 168 doses individuais de maconha. Embora o desfecho dessa ocorrência sido exitosa sob o ponto de vista do resultado, ela se iniciou com uma verificação de rotina. A denúncia citava que uma grande quantidade de drogas estaria sendo guardada uma região alagada do bairro Santa Rita de Cássia, vulgarmente chamado de bairro Pantanal.

A ação inicial foi desenvolvida como é rotina, ou seja, os policiais abordam pessoas e realizam a vistoria nas imediações a fim de localizarem drogas, armas e dinheiro. Nesse dia, após essa primeira etapa foi acionado uma equipe da Cia de Operações com Cães para auxiliar nas buscas. A chegada desse apoio aconteceu cerca de uma hora e dez minutos após a solicitação ter sido feita ao operador de rádio do Centro de Operações da Polícia Militar/CIODES.

No local nenhum entorpecente foi localizado, entretanto, outra varredura foi solicitada. Dessa vez uma praça pública no bairro Serra Dourada III, também no município da Serra, seria o alvo da ação policial. Os cães iniciaram a varredura e não demorou muito tempo para as primeiras porções de drogas serem localizadas. Em menos de trinta minutos os cães fizeram a busca em toda a área da praça. Por fim, o material foi apreendido e os suspeitos conduzidos à Polícia Civil.

Esse tipo de experiência bem sucedida consolida no imaginário dos policiais a precisão do olfato canino e evidencia que as ações de enfrentamento ao comércio de drogas pelas formas convencionais não são eficientes.

Tabela 23: Avaliação dos entrevistados sobre a importância de se ter um cão farejador de drogas, diuturnamente, no batalhão em que trabalha

Respostas	Percentual
Muito importante	89%
Um pouco importante	6%
Não é importante	1%
NS/NR	4%
Total	100%

Nesse sentido, os resultados da Tabela 23 são melhores compreendidos, já que, por exemplo, é uma aspiração comum para 89% dos inquiridos ter cães farejadores de forma plena, ou seja, diuturnamente no batalhão em que trabalha.

Tabela 24: Avaliação dos entrevistados sobre a eficácia do emprego de cães farejadores de drogas

RESPOSTAS	Muito	Um pouco	Não	NR/NS	Total
Reduzir as taxas de homicídios na área de sua Companhia	30%	39%	21%	10%	100%
Reduzir o tráfico de drogas em espaços públicos como praças, ruas e portas de escolas	86%	13%	1%	6%	100%
A repressão qualificada o tráfico drogas.	88%	8%	3%	7%	100%
Reduzir, de maneira geral, o uso e a posse de drogas.	78%	14%	3%	5%	100%

Interessante notar que os entrevistados reconheceram que a eficácia dos cães farejadores, mesmo potencializando as apreensões de drogas, não são determinantes para reduzir as taxas de homicídios. Porém, também foi praticamente unanime entre eles (81%), apontarem que o uso de um binômio (homem/cão)

especializado pode reduzir em muito essa atividade ilícita em espaços públicos como em praças, ruas e arredores de escolas.

Portanto, essa necessidade de incrementar o uso de cães de detecção de drogas apontada pelos policiais militares acaba evidenciando que o modelo adotado pela Polícia Militar deveria ser repensado. A modernização do emprego de cães urge e deve ser estruturado visando o enfrentamento ao comércio e ao tráfico de drogas a partir de uma dinâmica e lógica do policiamento ordinário e diário.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante destacar, ao realizar estas considerações finais, que as ações policiais ordinárias de enfrentamento ao comércio ilícito de drogas se revestem de muita complexidade. Mas, nesse cenário de incertezas, o emprego de cães farejadores é uma alternativa comprovadamente eficiente para as unidades operacionais da PMES, que diariamente realizam abordagens a pessoas e a locais suspeitos.

Sem contar, como já fora observado, que o emprego de cães pode tornar mais céleres e ágeis as ações policiais que visam localizar e apreender de drogas, proporcionando, assim, um aumento na segurança dos policiais envolvidos nessas abordagens (item 4 da Tabela 16), já que os cães aceleram, consideravelmente, o processo de busca por drogas.

Entretanto, a atividade ainda não é tão difundida no Brasil e no Espírito Santo, em termos quantitativos. Para se ter uma ideia, embora quase todos os Estados (incluindo o Distrito Federal) já utilizem cães de detecção de drogas, em 15 (quinze) a atividade é exercida, exclusivamente, por um canil da PM. Na Polícia Militar do Maranhão, por exemplo, não havia cães aptos no faro de drogas e na Polícia Militar do Rio Grande do Norte apenas um cão estaria apto no faro de drogas (cabe lembrar que esse levantamento foi realizado no início de setembro de 2017, tendo como informantes praças e oficiais que servem ou serviram nessas unidades). Outro dado importante foi verificar que em 15 Estados, os Canis Centrais possuem de 02 (dois) a 05 (cinco) cães aptos da detecção de drogas para atenderem todo as demandas de suas instituições.

Essa realidade se opõe ao verificado nos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná que conseguiram ampliar o uso de cães policiais através da criação de Canis Setoriais. Essas quatro instituições possuem, ao todo, 88 canis setoriais (Quadro 4), enquanto nas demais unidades federativas esse o número não chega a 25 canis.

Esses dados podem ser considerados indicadores para se avaliar como está a abrangência e a difusão da atividade nos órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública e pelo policiamento ostensivo no Brasil.

No Espírito Santo, a PMES não teve, oficialmente, um canil setorial. Desde 1994 o emprego de cães é realizado exclusivamente por uma unidade. Dessa constatação, advêm duas questões que este autor considera fundamental: o modelo operacional do uso de cães nas ações ordinárias da PMES e a adoção de um novo paradigma de gestão sob a perspectiva da ampliação do uso dos cães farejadores de drogas.

Para ter uma ideia da dimensão da complexidade de se buscar respostas para o problema levantado aqui. O efetivo do Canil foi acionado pela tropa ordinária do 6º BPM em pelo menos oito oportunidades em 2016 (Gráfico 3).

Com base exclusivamente nesse dado, constata-se uma baixa aplicação dos cães treinados para localizarem drogas. Porém, não se pode concluir que não existe uma clara contribuição dos cães farejadores no enfrentamento aos ilícitos ligados ao comércio de entorpecentes, mesmo que o efetivo do 6º BPM só tenha acionado o Canil da PMES a cada 168 ocorrências, como foi a média de acionamentos no ano avaliado (Gráfico 3 e Quadro 6)

Em pesquisa de campo realizada entre policiais militares do 6º BPM, 93% dos entrevistados apontaram (Gráfico 07) como "importante" o emprego de cães pela PM do Espírito Santo e outros 74% avaliaram como "muito importante" o emprego de cães de detecção de drogas na redução da criminalidade.

Então, por que ocorreram poucos acionamentos em 2016? Como foi discutido no Capítulo 4, dois indicadores foram constatados para justificar a escassez de acionamento por parte do efetivo do 6º BPM. São eles: o processo de acionamento do Canil e a falta de guarnições do Canil à disposição, diariamente, no batalhão, como apontaram 61% dos entrevistados (item 6 - Tabela 22).

Assim, mesmo que não haja um uso diário e sistemático de cães de detecção de drogas na área do 6º BPM, o policial militar, principalmente, aquele da atividade-fim, que vivencia rotineiramente essas ações contra o tráfico, reconhece a imprescindibilidade do cão para uma repressão qualificada a essa atividade ilegal.

Cabe destacar ainda, outro ponto importante para trazer luz a essa questão do enfrentamento ao tráfico feito pelos binômios do Canil da PMES. Dos vinte boletins analisados, em todos eles o efetivo do Canil obteve sucesso na localização de

drogas. Isso confirma a ideia que se tem sobre a quase infalibilidade do olfato canino.

Já com respeito às implicações das concepções da atual forma de emprego de cães nas ações policiais desenvolvidas no município da Serra/ES. Evidencia-se que o modelo vigente do emprego de cães no campo da Segurança Pública capixaba é ainda pouco autônomo para a realização de suas atribuições. Permanecendo, pelo menos na perspectiva do processo de acionamento desse recurso operacional, dentro de uma lógica de operações policiais especiais e não de uma estratégia ligado à lógica do policiamento ordinário e rotineiro.

Nesse sentido, a visão do autor, é que as ações realizadas pelos binômios treinados para localizar droga não deveriam estar concentradas, exclusivamente, em uma unidade policial, mas em várias organizações policiais militares (Figura 09).

Analisando as experiências nacionais e internacionais percebe-se a existência, basicamente, de dois modelos. A primeira forma de organizar o emprego de cães é aquela que centraliza em apenas uma unidade todo e qualquer emprego. O caso mais emblemático no Brasil desse modelo é o Batalhão de Ações com Cães (BAC) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Bom lembrar que esse modelo adotado não é indicador de produtividade, mas apenas sinaliza uma baixa capilaridade do uso de cães em uma determinada região.

Em contraposição ao modelo centralizado, temos como referência internacional a Polícia de Segurança Pública (PSP) de Portugal³⁹ e no Brasil três instituições estão bem próximas desse modelo, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Esta instituição policial, por exemplo, conta com 25 Canis Setoriais espalhados pelo vasto território mineiro e o controle técnico⁴⁰ desses canis é

³⁹ A Polícia de Segurança Pública (PSP) de Portugal, através do Grupo Operacional Cinotécnico, uma espécie de Canil Central, é responsável pelo planejamento geral do emprego de cães. Mesmo sendo considerada também uma força de reserva da PSP, ela tem por premissa difundir o emprego de cães pelo território português. Realizam, por exemplo, a capacitação específica para autorizarem seus policiais a conduzirem cães nas mais diversas cidades de Portugal nas missões de detecção de explosivos e drogas e controle de multidão.

⁴⁰ O controle técnico consiste em subsidiar o canil setorial com suporte doutrinário e técnico, assessorando em assuntos relacionados ao funcionamento do canil, orientações quanto em emprego e treinamento dos binômios. A responsabilidade quanto à contratação de assistência médico-

realizado pela Companhia Independente de Policiamento com Cães. Na PMMG as Rondas Ostensivas com Cães (ROCCA)⁴¹ são famosas e já ganharam reconhecimento e notoriedade.

Essa forma de implementar o emprego de cães policiais torna-se importante, pois ele pode favorecer a ampliação do uso de cães no cotidiano de uma unidade policial, como é o caso da PMES. É nítido, por conseguinte, que um modelo centralizado de emprego de cães policiais não contribui para o fomento e melhor distribuição dessa importante forma de suplementar o policiamento, principalmente, nas ações de repressão qualificada ao tráfico de drogas.

Uma nova forma de organizar as ações com cães na PMES, que pretenda ser mais moderna e eficiente, foi reivindicada pelos policiais militares entrevistados na pesquisa. A Tabela 23 aponta que 89% dos entrevistados indicaram, a importância de se ter cães farejadores, diuturnamente, no batalhão em que trabalham.

Dentro desse raciocínio, qual seria o impedimento de uma equipe de Força Tática do 6º BPM ter um cão de detecção de drogas embarcado, diariamente, em uma de suas viaturas? Ou por que uma unidade situada a quase 200km da capital, como é o caso do 9º BPM (sediado no município de Cachoeiro), não poderia ter binômios aptos para serem empregados nas ações de repressão ao tráfico?

As respostas para tais indagações requerem, todavia, um rearranjo administrativo e operacional da atividade cinotécnica na PMES. Principalmente, porque no Espírito Santo o emprego de cães, como foi dito, segue o modelo que concentra em uma única unidade todos os binômios habilitados em realizar a suplementação ao policiamento, pois, desde que foi reinaugurado, no ano de 1994, o Canil da PM sempre foi, pelo menos oficialmente, a única organização policial militar autorizada a

veterinário e fornecimento de ração, bem como o emprego operacional dos cães é de competência do comando da unidade policial em que o canil estive subordinado.

⁴¹ Segundo o Manual que regula o emprego de cães na PMMG, as Rondas Ostensivas Com Cães (ROCCA) são guarnições em viaturas quatro rodas, composta por 02 (dois), 03 (três) ou 04 (quatro) militares, e 01 (um) ou 02 (dois) cães. O veículo deve ser adaptado para acomodações dos cães na parte traseira. Sua atuação é voltada para o patrulhamento e realização de operações. A depender da sua composição e do tipo de cães conduzidos no momento, poderão ser empregadas em ocorrências de maior complexidade. Participa ainda de operações conjuntas com as demais tropas especiais e de área.

empregar cães nas mais diversas missões no campo da Segurança Pública e da Defesa Social.

A descentralização do emprego de cães, sobretudo daqueles treinados para a localização de drogas, pode se tornar uma excelente alternativa para o enfrentamento diário ao tráfico de drogas e, subsidiariamente, aos crimes contra a vida em inúmeras regiões do Espírito Santo.

Desta feita, partindo da premissa de que o policiamento com cães deve ser encarado como uma atividade ordinária e rotineira com fins à preservação da ordem pública, a PM poderia realizar uma reestruturação do emprego do cão a partir da criação de canis setoriais. Na visão deste autor, a PMES poderia ter pelo menos 14 canis setoriais, distribuídos em todo território capixaba (Figura 09).

Essas frações seriam vinculadas operacionalmente às Forças Táticas das unidades operacionais. O plantel seria formado por no mínimo 02 (dois) e no máximo 06 (seis) cães e o controle técnico seria exercido por uma companhia independente ou por um batalhão de policiamento com cães. Esta unidade teria, ainda, as atribuições de realizar os processos de aquisição de ração, medicamentos, equipamentos de treino, assistência veterinária e cães, além de atuar de forma complementar, empregando seus binômios nas missões atribuídas a ela, tanto na Região Metropolitana quanto no interior do Estado.

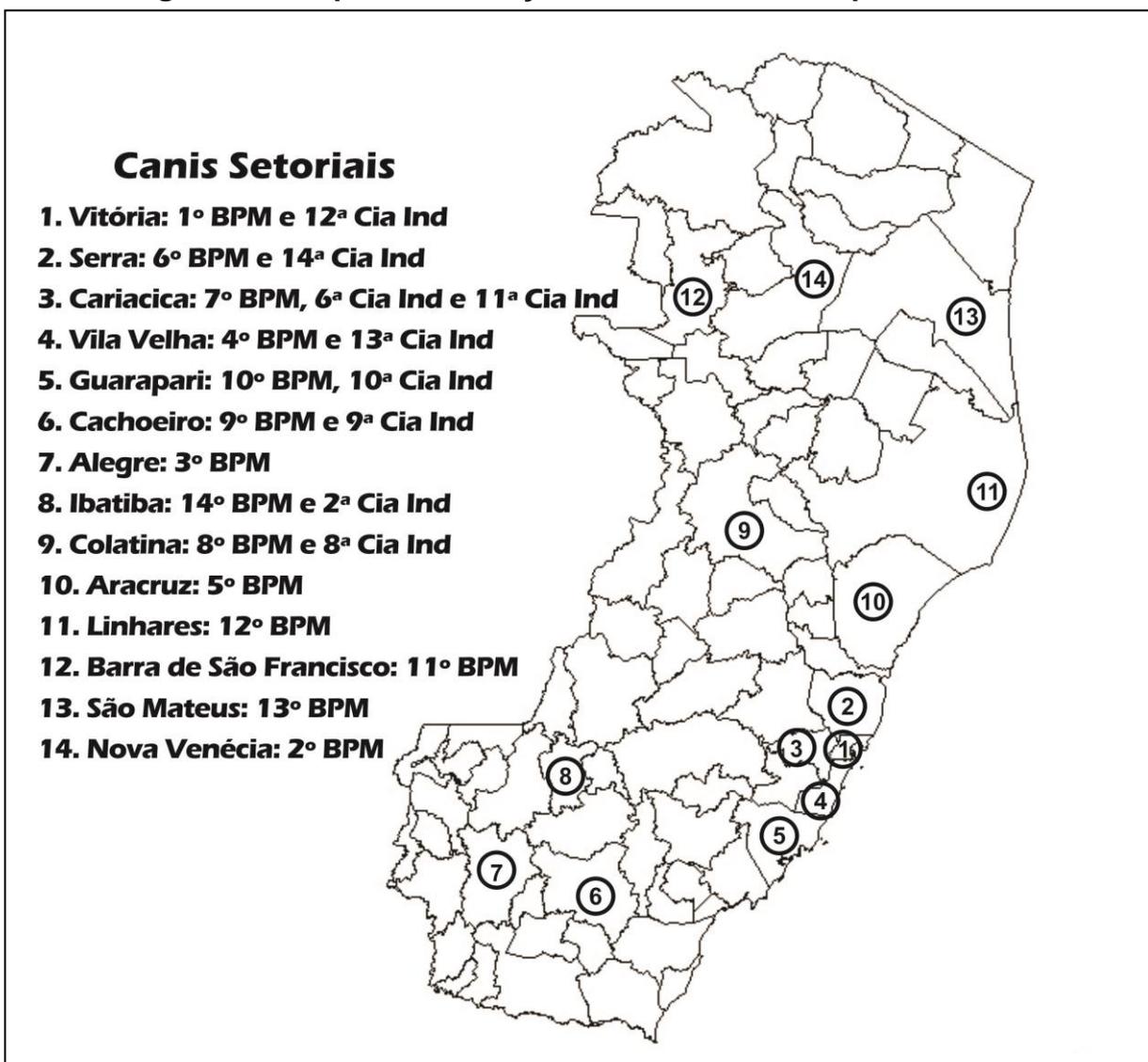
Outra possibilidade para a capilarização do uso de cães de detecção de drogas pelo interior do Estado seria o estabelecimento de parcerias da PMES com os municípios interessados em criar canis integrados. Dessa forma, a estrutura física seria de uso comum da Polícia Militar, Guarda Municipal e outras instituições interessadas, como o Corpo de Bombeiro e a Polícia Civil. Caberia ao Poder Público Municipal fazer os investimentos necessários ao funcionamento do canil.

Uma terceira via seria seguir a adoção de modelo semelhante ao da Receita Federal. Nesse sistema a instituição terceiriza quase todos os serviços, desde o fornecimento de ração e veterinário, até a própria estrutura física para alojar os cães. Essa forma organização poderia ser bem utilizada nos municípios da Grande Vitória. O Estado contrataria canis privados para alojarem os cães e os condutores policiais iriam ali apenas para realizar os treinos de manutenção e embarcá-los para o

serviço, ficando esse canil responsável também pela assistência veterinária, medicamentos e ração.

Importante lembrar que independente do modelo a ser adotado é fundamental que a CEOC continue tendo a prerrogativa de ser a difusora de doutrina e de normas técnicas quanto ao emprego e treinamento de cães e condutores.

Figura 09: Proposta de criação de Canis Setoriais para a PMES



Fonte: elaborada pelo autor

Mas, destaco que toda e qualquer mudança só acontecerá quando o público interno, mas, sobretudo, os responsáveis pela gestão estratégica da instituição perceberem os cães e seus treinadores como instrumentos imprescindíveis no enfrentamento à

criminalidade. Nesse cenário ideal, o cão passaria a ser notado e inserido no cotidiano policial como um importante instrumento de trabalho para o policial militar, e não como um objeto de entretenimento.

Portanto, com a ampliação e difusão do emprego de cães farejadores criam-se expectativas de profundas repercussões positivas para a PMES e para a sociedade, não só nos indicadores criminais de apreensões e prisões, mas, em outro aspecto importante da prevenção: a visibilidade.

Ações de repressão qualificada com uso de cães aumentariam a visibilidade policial da polícia. A ostensividade de suas ações se ampliaria em razão do fascínio que esses animais exercem sobre todos e pelo imaginário que existe em torno do poder do olfato de um cão. E assim, o Estado evidencia seus instrumentos de controle do crime e, por consequência, inibe atos de violência e cumpre seu *mister* de assegurar a paz social.

REFERÊNCIAS

BALLESTEROS, Paula Rodriguez. “Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios”. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 6-22, 2014.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2ª Ed. São Paulo: USP, 2002.

BEATO FILHO, Claudio C. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n.37, p. 74-89, 1998. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n37/37Beato.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2017.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05 ago. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília/DF de 24.08.2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em 13 ago. 2017.

CNT/SENSUS. **Pesquisa de opinião pública nacional**. Brasília: Confederação Nacional dos Transportes. 2010. Disponível em: <<http://www.cnt.org.br/Pesquisa/cnt-mds>>. Acesso em 30 ago 2017.

COSTA, Felipe. **Utilização de cães de faro em operações de barreira policial na repressão ao tráfico de drogas**. 2008. Monografia (Graduação em Segurança Pública) – Polícia Militar de Santa Catarina – Universidade Vale do Itajaí, Florianópolis, 2008.

GRANDJEAN, Dominique et al. **Enciclopédia do cão**. Paris: Aniwa, 2001. 4v.

ESPÍRITO SANTO. **Polícia Militar do Espírito Santo**. Batalhão On Line da Polícia Militar do Espírito Santo, 2017. Disponível em: <<https://baon.sesp.es.gov.br>>. Acesso em: 07 set. 2017.

LIRA, Pablo. **Geografia do crime**: Análise espacial dos crimes violentos e da tipologia socioespacial da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. 2014. Disponível em: <www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404087642_ARQUIVO_EDP_Pablo_Lira.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

LOIOLA, Gelson. O Canil da PMES: 40 anos depois da criação. **Revista Preleção** – Publicação Institucional da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo – Assuntos de Segurança Pública – ano IV, n. 7, abr. 2010, p. 11 - 34. Vitória: PMES/DEIP. 2010.

MACHADO, Lara Livia Munique. **Alterações comportamentais e fisiológicas em cães detectores de drogas e explosivos após confinamento em caixas de transporte: influências do estresse no desempenho**. 2013. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento/Departamento de Processos Psicológicos Básicos - PPB/Instituto de Psicologia - IP/Universidade de Brasília - Unb, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14118/1/2013_LaraLiviaMuniqueMachado.pdf>. Acesso em 20 mai. 2017.

MANSUR, Saulo Antonio. **Princípio da eficiência e repressão qualificada**. Fórum Brasileiro de Segurança pública. Governador Valladares, 2007. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/node/21776>> Acesso em: 20 jul. 2017.

MATOS, José Walter Mota. **A construção do conceito de segurança pública na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no século XXI**. 2013. 127f. Dissertação (Mestre em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito do Sul de Minas, Pouso Alegre, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas**. Brasília: Ministério da Saúde; 2.ed. rev. ampl. – 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica>

_atencao_alcool_drogas.pdf. Acesso em: 01 mai. 2017.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedade na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MOTA, Walter Gomes; LIMA, A. C; LACERDA, C. F. Canil da Polícia Militar e sua verdadeira história. **Revista A Força Policial**. São Paulo, nº 30, p. 37 - 49. 2001. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/ccomsoc/revista/index.html>>. Acesso em 29 jun. 2017.

PASCHOAL, Janaína. **Das políticas de segurança pública às políticas públicas de segurança**. São Paulo: Ilanud, 2002.P. 63-76. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdo crime%20ILANUD.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

SAPORI, Luiz Flávio; SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Por que cresce a violência no Brasil?**. Belo Horizonte: Autentica, 2014.

SENASP. **Curso de Polícia Comunitária (Modulo 1)**. 2008. Disponível em: <http://www.conseg.pr.gov.br/arquivos2/File/material_didatico/PoliciaComunitaria_completo.pdf> Acesso em: 01 set. 2017.

SILVA FILHO, José Vicente da. **Estratégias policiais para a redução da violência**, 1998. Disponível em: <<http://pt.braudel.org.br/pesquisas/arquivos/downloads/estrategias-policiais-para-reducao-da-violencia.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policimento Comunitário: Questões práticas através do Mundo**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2015**. Viena: United Nations Publication, 2017. Disponível em:

<http://www.unodc.org/documents/wdr2015/World_Drug_Report_2015.pdf>. Acesso em: 1 set. 2017.

VARGAS, Rogério Matheus. **A Criminalística do Século XXI e a análise de drogas e inteligência**. Brasília: Academia Nacional de Polícia, 2012, 79 páginas. Monografia para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Política de Segurança Pública.

VIDAL, Fernando Vanderlino. **Percepção dos cidadãos no bairro Kobrasol frente à qualidade do serviço de radiopatrulhamento com cães realizado no bairro**. 2006. Monografia (Graduação em Segurança Pública) – Universidade Vale do Itajaí, Florianópolis, 2006.